



INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

TENDÊNCIAS PROMISSORAS PARA O FUTURO DO SETOR LOGÍSTICO ▶▶ Leia na página 12

Inovação e economia: este é o ano do Mercado Livre de Energia no Brasil

A regulamentação de um novo cenário no Brasil amplia os caminhos para a consolidação do Mercado Livre de Energia, o MLE: pequenas e médias empresas que usam alta tensão (Grupo A) e pagam uma fatura de cerca de R\$ 10 mil, agora podem escolher seus próprios fornecedores.

Na prática, isso quer dizer que os consumidores podem negociar contratos diretamente com os geradores e comercializadores de energia. É uma possibilidade que se abre para mais de 200 mil empresas brasileiras atualmente.

Apesar do MLE existir no país desde 1998, só poderiam participar deste ambiente grandes indústrias, que tivessem uma demanda de mais de 500 kW. Com a atual abertura do mercado, os pequenos e médios empresários podem experimentar a liberdade e a flexibilidade de saírem do mercado cativo, em que só é possível comprar energia da distribuidora local.

As vantagens são inúmeras mas, hoje, à frente de uma empresa que produz e vende energia renovável, posso listar as principais, a fim de que o maior número possível de empreendedores e comerciantes elegíveis para o MLE tenham conhecimento deste mundo de possibilidades. A primeira delas é a liberdade de escolha.

Com a ampliação do Mercado Livre de Energia brasileiro, as empresas têm a oportunidade de escolher entre diferentes fornecedores, negociando contratos personalizados que atendam às suas necessidades específicas. Essa liberdade empodera as companhias, o que as permite buscar por preços competitivos, serviços personalizados e fontes mais sustentáveis.

É um modelo de mercado que vigora há anos em países desenvolvidos, como Alemanha, Inglaterra e França, fato que já sinaliza como deve ser produzida e consumida a energia do futuro. Além disso, a competição fomentada pelo MLE impulsiona a eficiência e a inovação.

Typeimg_CANVA



Com diversas empresas disputando a preferência dos consumidores, há um estímulo natural para melhorar processos, reduzir custos e investir em tecnologias mais avançadas.

Esse ambiente competitivo não beneficia apenas as organizações, mas também resulta em vantagens reais para os consumidores, como tarifas mais acessíveis, serviços de melhor qualidade e maior oferta de fontes renováveis. Em seguida, mas não menos importante, aparece a sustentabilidade, outra frente de destaque no Mercado Livre de Energia.

Em um momento em que a conscientização ambiental é uma prioridade global, a possibilidade de escolher fornecedores de energia comprometidos com práticas mais ecológicas pressiona as empresas do setor a alinharem as suas operações com metas ambientais, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável.

Fornecedores que oferecem energia proveniente de fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica, por exemplo, saem na frente na busca pelo consumo consciente, que visa liberar o planeta da dependência de combustíveis fósseis. Ao promover o uso de fontes renováveis, o MLE contribui para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, ajudando a atenuar as mudanças climáticas.

Outro cenário beneficiado pelo Mercado Livre de Energia é o contexto econômico. A

abertura cria oportunidades de investimento e de geração de empregos. Com a expansão do setor, surgem novos negócios, que vão desde os pequenos fornecedores de energia renovável às startups especializadas em soluções energéticas inovadoras. Essa diversificação não apenas fortalece a economia, mas também promove um ambiente empreendedor mais dinâmico e receptivo a novas ideias.

No entanto, é importante ressaltar que o sucesso do Mercado Livre de Energia no Brasil depende da implementação de uma regulação eficaz, que garanta transparência, proteção dos consumidores e prevenção de práticas anticompetitivas. As questões ambientais e sociais devem ser consideradas como prioridades nesta trajetória, a fim de que se estabeleça um desenvolvimento sustentável do setor.

Contudo, é inegável que o ano de 2024 trouxe uma evolução significativa para o setor energético brasileiro com a ampliação do acesso ao MLE para pequenos e médios empresários. A liberdade de escolha, a sustentabilidade, a inovação e os benefícios econômicos são aspectos que permitem um vislumbre de como este caminho possibilita transformações positivas para o país como um todo. O futuro da energia já bate em nossa porta, e não podemos esperar.

(Mikio Kawai Jr é Bacharel em Economia pela USP, Mestre e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, é CEO e fundador do Grupo Safira - <https://gpsafira.com.br>).

Negócios em Pauta



Papa Francisco lava e beija pés de detentas em cadeia na Itália

O papa Francisco lavou os pés de 12 presidiárias na penitenciária feminina de Rebibbia, em Roma, em um dos ritos mais tradicionais da Semana Santa, na quinta-feira (28). As detentas eram de nacionalidades diversas e mostraram grande comoção por estar diante de Jorge Bergoglio, que, desde o início de seu pontificado, criou o hábito de celebrar o rito de lava-pés em cadeias italianas. Com problemas de locomoção devido à idade avançada, o Papa de 87 anos desta vez não se ajoelhou e permaneceu sentado na cadeira de rodas enquanto lavava, enxugava e beijava os pés das presidiárias, muitas das quais não seguraram as lágrimas. Francisco também celebrou em Rebibbia a homilia "In coena Domini", a missa de lava-pés, e lembrou que o ritual remete à vocação para servir. "Com o lava-pés, Jesus se humilha e nos faz entender o que ele disse: 'Eu não vim para ser servido, mas sim para servir'", afirmou Bergoglio (ANSA). ▶▶ [Leia a coluna completa na página 3](#)

News@TI

Reprodução: <https://netmundial.br/>



NETmundial+10 divulga programação e abre consulta online

@O NETmundial+10, organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), divulgou a programação preliminar do evento, que será realizado nos dias 29 e 30 de abril, em São Paulo, com foco nos desafios globais para a governança do mundo digital. A organização quer ouvir os diferentes stakeholders para a construção de consenso e governança democrática sobre este tema e, por isso, disponibiliza uma consulta pública, que servirá de base para o desenvolvimento da Declaração Final, com recomendações concretas para o futuro do ecossistema de governança (<https://netmundial.br/>). ▶▶ [Leia a coluna completa na página 2](#)

A próxima fase das fintechs B2C no Brasil

O mercado de serviços financeiros vem apresentando diversas transformações ao longo dos anos e muitas delas vem da percepção que, atualmente, é necessário apresentar soluções que facilitam a vida dos usuários. ▶▶

Indústrias perdem 323 horas de produção por ano por falhas em equipamentos

Uma pesquisa global da True Cost of Downtime, com 72 grandes multinacionais, divulgado pelo site Metso, mostrou que plantas industriais perdem, em média, 323 horas de produção por ano com as falhas de equipamentos. ▶▶

Transporte de produtos para a Saúde: o desafio da cadeia fria

No mercado de logística da cadeia fria, a área da Saúde se destaca como uma das mais desafiadoras. Isso se deve ao fato de que os produtos desse segmento são essenciais para a vida e, portanto, devem ser transportados e armazenados com todo o cuidado e qualidade. ▶▶

Estudo mostra como marcas influenciam preço das ações

O relatório "Como a marca influencia o preço das ações" revela uma poderosa ligação entre a marca e o preço das ações, explora a avaliação das empresas do S&P 500 e as percepções da comunidade de investidores sobre a marca como uma forma de obter uma avaliação mais precisa do preço das ações. ▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Economia da Criatividade

Desafios e Oportunidades: O Uso da Tecnologia na Sala de Aula



Carol Olival

▶▶ Leia na página 4

Literatura

Livros em Revista

Ralph Peter



▶▶ Leia na página 11

COLUNA DO HERÓDOTO

A primeira-dama na passarela



Heródoto Barbeiro (*)

Ela escandaliza a presidência da República. Em uma sociedade conservadora, patriarcal, o que se espera da mulher do presidente da República, no mínimo, é recato.

O comportamento não convencional da primeira-dama abre grandes espaços na mídia e nos comentários da capital do Brasil. A primeira-dama não deve se expor, pois isso pode atingir a imagem do governo e, para isso, precisa se distanciar dos amigos, entre eles escritores famosos. No entanto, ela atua como atriz no teatro, coisa totalmente inédita e descabida para uma primeira-dama. É verdade que ela não tem mandato, não foi eleita, logo não pode interferir nos projetos do governo que o marido dela dirige.

Veza por outra os jornalistas da capital publicam notícias que a decisão do governo sobre este ou aquele tema teve a intervenção dela. O presidente nunca se importa com o que dizem os jornais e as fofoqueiras de plantão, muitas delas invejosas dos vestidos e sapatos da última moda usados pela primeira-dama. Dor de cotovelo, dizem os aliados do presidente.

Não é fácil para a mulher brasileira viver sem o apoio econômico do marido. Essa dependência incomoda a primeira-dama que, apesar de colaborar com órgão de comunicação, não recebe um centavo. O destino das mulheres é se casar e não ficar para "tia". Afinal, ela tem educação superior, convive com intelectuais e não deixa de dar declarações para os jornalistas. Enfim, tem vida própria sob os olhos complacentes do marido, bem mais velho que a primeira-dama.

A efervescência cultural vivida na capital da República mostra que os tempos mudaram e o comportamento da primeira-dama é um sintoma da ascensão das mulheres na sociedade brasileira. Sua lide-

rança se espalha aos poucos do palácio presidencial às ruas e começa a servir de inspiração para que jovens mulheres da elite comecem a contestar os costumes fechados e obtusos da sociedade brasileira. Mas ela sabe que isso não se faz impunemente. Mesmo o casamento com o velho presidente da República é rotulado pelos opositores como um arranjo político, um autêntico golpe do baú.

A primeira-dama do Brasil não esconde de ninguém que gosta de sambar. Não hesita em convidar grupos populares de música para se apresentarem na sede do governo. Um escárnio com a presidência, dizem os críticos de plantão. A mulher do presidente Hermes da Fonseca, Nair de Tefé, tem origem nobre, mas prefere a cultura popular. Como tem formação artística, acha que as artes podem ser um canal para a ascensão na sociedade machista da Primeira República.

Afinal, o marido dela derrotou Rui Barbosa na eleição em 1910 e isso abre para Nair uma ampla passagem para levar para o mundo da oligarquia política, que domina o Brasil, ideias e comportamentos não comuns na sociedade brasileira. É filha da Belle Époque francesa, uma vez que estudou em Paris e lá aprendeu a desenhar e fazer caricaturas. No Brasil, seus desenhos, críticos, são disputados por jornais e revistas. Não há dúvida de que tem consciência que a partir de sua posição social pode arejar o Rio de Janeiro, que ainda respira o ar que sobrou dos tempos do Império. Afinal, seu pai, Barão de Tefé, foi herói da guerra do Paraguai.

Nair, a primeira-dama se confunde com Rian, a caricaturista abusada e irrequieta que dá um sabor especial ao governo do velho marechal do exército brasileiro, representante das poderosas oligarquias rurais que comandam o Brasil.

(*) É jornalista do Record News, R7 e Nova Brasil (89.7), além de autor de vários livros de sucesso, tanto destinados ao ensino de História, como para as áreas de jornalismo, mídia training e budismo.

Zuckerberg agora fala em fediverso

Há não muito tempo, Mark Zuckerberg lançou o conceito de "metaverso", algo que pouca gente entendeu exatamente o que é - dentre essas, talvez o próprio Zuckerberg.

Vivaldo José Breternitz (*)

Mas o fato é que o metaverso tomou conta da mídia, prometendo revolucionar não apenas a internet, mas o mundo inteiro - pouco tempo depois, pouca gente, inclusive o próprio Zuckerberg, fala no assunto.

Agora, o chefe da Meta lança outro conceito, o "fediverso", fusão das palavras "federado" e "universo" - o termo deriva de uma expressão usada no ambiente de computação - "bancos de dados federados" - onde bancos de dados armazenados em diferentes computadores, funcionam como se fossem um só banco.

Segundo Zuckerberg, a ideia é permitir a interoperabilidade entre aplicativos, fazendo com que os usuários de uma rede social possam acessar outras, sem ter que manter contas nessas outras - por exemplo, um usuário do Facebook poderia curtir uma publicação no TikTok ou responder a um tweet.

Segundo Zuckerberg, as redes Threads e Mastodon já fazem parte do fediverso e outras muito menores estão se juntando a ele, mas neste momento, o Threads permite apenas que outros aplicativos vejam as postagens do Threads e enviem curtidas.



A ideia do fediverso parece interessante, poderia mudar totalmente o cenário das mídias sociais, o que gera uma dúvida: por que Zuckerberg adicionaria seu Facebook, que tem 130 milhões de usuários ao fediverso? Talvez pensando em enfrentar o X, de Elon Musk, seu rival

Ele poderia estar tentando fortalecer uma rede de aplicativos que se opõem ao X, que quase certamente não se juntará ao fediverso. Ele também poderia estar

usando o fediverso para obter mais curtidas e visualizações nas postagens de seu serviço Threads, que tem perdido tração e luta para manter o interesse dos usuários.

É bom lembrar o que aconteceu com o metaverso - é possível que o fediverso também termine assim.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor da FATEC SP, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas - vjnit@gmail.com.

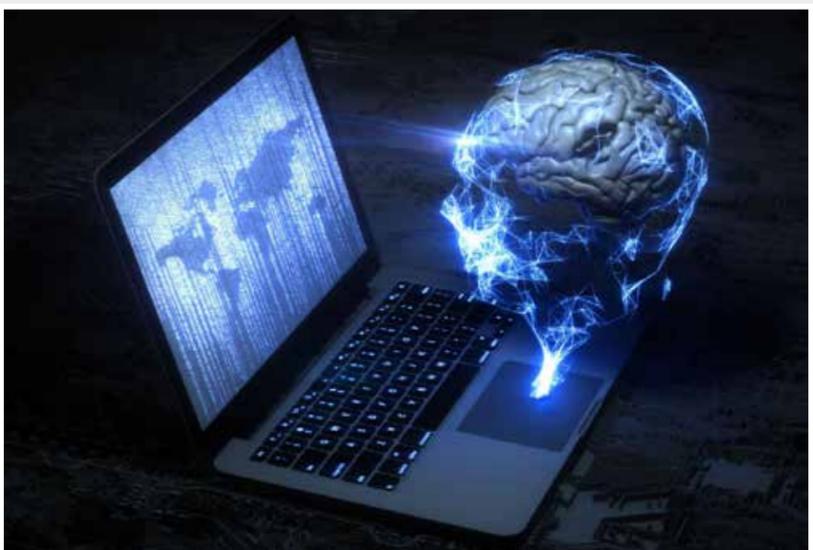
Avanços Recentes da Inteligência Artificial: impactos trabalhistas, sociais e regulatórios

O desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) se originou da criação do primeiro algoritmo, por Ada Lovelace, em 1843, consolidando-se com as contribuições de Alan Turing para a Ciência da Computação, criando uma área de pesquisa referente ao "pensamento das máquinas". Desde então inúmeros processos de automação surgiram em direção à consolidação da IA atual. As mais recentes ondas ocorreram na década de 2010, com o avanço da "Machine Learning", na década de 2020, com o surgimento do ChatGPT. Estas tecnologias são uma continuação do processo histórico de automação iniciado na Primeira Revolução Industrial.

Diferentemente dos outros processos tecnológicos, sua rapidez de penetração é mais ampla, disseminando-se em todas as ocupações e setores de atividades econômicas, bem como em outros aspectos da sociedade. Ainda que o temor principal tenha recaído sobre possibilidade de um desemprego em massa, os estudos não confirmam essa possibilidade.

O fato mais importante sobre a questão ocupacional se refere à necessidade de novos requisitos de educação e treinamento para o novo perfil requerido dos trabalhadores, entre outras implicações trabalhistas. A IA tem a capacidade de realizar tarefas complexas, trazendo a possibilidade de substituir trabalhos realizados exclusivamente por profissionais de alta qualificação, sendo isto que diferencia a IA das tecnologias observadas na história, as quais recaiam sobre tarefas manuais.

Em termos conceituais os ganhos de produtividade obtidos através da IA devem revelar um impacto positivo na economia. Os resultados da literatura atual, entretanto, não indicam um aumento real da produtividade. O que parece estar ocorrendo é um atraso entre a implementação da IA e os ganhos efetivos na produtividade do trabalho. Destaca-se, também, que novas habilidades serão exigidas para parte significativa dos trabalhadores no mercado de trabalho.



Consequentemente, isto demandará novos tipos treinamento. Essas novas habilidades podem ser divididas em dois grupos: aquelas cruciais para o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de IA, e as decisivas para o uso, a adoção e a interação dessa tecnologia como uma nova ferramenta de trabalho.

A literatura mostra que a inserção da IA no mercado de trabalho potencializa o fenômeno da polarização das ocupações, onde a maioria dos trabalhadores deslocados pela tecnologia são aqueles que estão no centro da distribuição salarial, dividindo, assim, os empregos em dois grupos, os de alta e os de baixa qualificação. Consequentemente, a polarização salarial resultante aumentará a já crescente desigualdade social. Por outro lado, a IA pode contribuir positivamente para a inclusão social dos trabalhadores. Mecanismos de correspondência de empregos controlados pela IA elevaram o número de contratações de indivíduos pertencentes a grupos sociais marginalizados. A superação de barreiras impeditivas à comunicação interpessoal, serão superadas através de instrumentos auxiliares pela ação da IA promovendo maior inclusão de pessoas com deficiência e até mesmo os migrantes no mercado de trabalho.

Muitos obstáculos, contudo, ainda cercam a implementação da IA. O mais notável está na potencial perpetuação de vieses e preconceitos embutidos nesses sistemas, pois como se trata de uma criação humana, a IA não se encontra livre desses defeitos. O funcionamento opaco destas máquinas dificulta o entendimento do processo de decisão tomado por elas, e torna difícil identificar os preconceitos potencialmente existentes.

Com relação ao controle da IA para evitar seus impactos indesejados, atualmente existem três frentes para combater esses efeitos adversos: a atuação do Estado através da adoção de políticas públicas; o fortalecimento da atuação dos sindicatos por meio dos Acordos e Convenções Coletivas, e da Sociedade mediante um amplo diálogo envolvendo os principais atores sociais afetados pelo avanço desta tecnologia.

(*) Resumo do artigo produzido pelos autores e publicado no Jornal da USP (21/02/2024)

(Fonte: José Paulo Zeteno Chahad - Professor Titular da FEA/USP (aposentado) e Pesquisador Sênior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Tuffy Licciardi Issa - Aluno do Curso de Ciências Econômicas e Estagiário de Pesquisa na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

News @ TI

Ferramentas KORE passam a fazer parte do Google Cloud

@A parceria entre Google Cloud e KORE Wireless, uma das maiores especialistas em conectividade e gestão de IoT no mundo, tem estimulado a ampliação da oferta de serviços dedicados à Internet das Coisas. A iniciativa disponibiliza algumas ferramentas KORE na nuvem do Google, alinhando o serviço de análise de dados do Google Cloud com as ferramentas de coleta e gestão de dados da KORE e sua atuação global. Entre os serviços KORE que passam a fazer parte do Google Cloud, estão uma plataforma de gestão de redes LPWA (LP Hub), uma integradora de dispositivos e dados de telemetria usados em saúde (CHTS - Connected Health Telemetry Solution) e uma solução de back end dedicada à gestão de frotas e rastreamento de veículos, além da plataforma KORE OmniCore, que permite conectar dispositivos IoT a serviços na nuvem. Soluções que têm em comum a finalidade de tirar toda a complexidade na implantação de recursos em IoT.

Editores

Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterariaralph.com.br);

Comercial: Tatiana Sapateiro - tatiana@netjen.com.br

Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza.

Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço Informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP.: 04128-080

Telefone: (11) 3106-4171 - E-mail: (netjen@netjen.com.br)

Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90

JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)

Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Empregos com carteira assinada batem recorde, segundo IBGE

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado atingiu 37,995 milhões no trimestre encerrado em fevereiro

É o maior valor da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012 pelo IBGE. Houve um aumento de 0,7% em relação ao trimestre anterior (encerrado em novembro de 2023). “Essa estabilidade vem sendo precedida por sucessivos aumentos da população com carteira de trabalho assinada”, afirma a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy.



Número atingiu 37,995 milhões no trimestre encerrado em fevereiro.

Esses números não consideram os trabalhadores domésticos, ainda que tenham carteira assinada. Esses se mantiveram estáveis (5,9 milhões de pessoas) em ambas comparações temporais. O mesmo aconteceu com os trabalhadores por conta própria (25,4 milhões) e os empregadores (4,2 milhões). Os empregados sem

carteira no setor privado somaram 13,3 milhões, estatisticamente estável na comparação trimestral. Na comparação com o ano anterior, no entanto, houve crescimento de 2,6%, ou seja, mais 331 mil pessoas.

O número de trabalhadores informais ficou em 38,8

milhões, abaixo dos 39,4 milhões de trimestre anterior, mas acima dos 38,2 milhões de fevereiro de 2023. A população ocupada (100,25 milhões) manteve-se estatisticamente estável no trimestre, apesar da variação negativa, mas estatisticamente não significativa, de 258 mil. A taxa de informali-

dade que é o percentual dos trabalhadores informais em relação ao total da população ocupada ficou em 38,7% no trimestre encerrado em fevereiro, abaixo dos 39,2% de novembro.

O nível de ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas em relação àquelas em idade de trabalhar, ficou em 57,1% em fevereiro, abaixo dos 57,4% do trimestre anterior mas acima dos 56,4% do ano passado. A taxa de desemprego ficou em 7,8% em fevereiro, 0,3 ponto percentual acima do trimestre anterior (7,5%). Esse crescimento é sempre registrado no início do ano, devido à base de comparação ser o final do ano anterior, quando há mais geração de postos de trabalho por conta do Natal. (ABR).

Automação de processos traz precisão e agilidade para gestão das operações

Inon Neves (*)

O cenário econômico atual desafia os gestores a produzir mais, reduzindo custos, tempo e erros

Priorizar investimentos em automação de processos para garantir precisão e agilidade é o melhor caminho para atender a essa demanda do mercado.

Por outro lado, não basta implantar uma tecnologia genérica, é preciso buscar soluções que se adaptem ao modelo de negócio para conseguir atingir os objetivos. O setor de Recursos Humanos (RH) concentra uma abundância de tarefas rotineiras em que erros podem causar grande prejuízo às empresas, seja por um lançamento equivocado ou pela perda de prazo de envio de formulários.

Com a automação dos processos, é possível reduzir essas falhas, ganhar agilidade e liberar a mão de obra humana para que se concentre em atividades mais estratégicas. Também é possível identificar proativamente pontos de melhoria e assegurar operações eficientes. A automação auxilia as organizações a garantir que os dados sejam centralizados e facilmente acessíveis, melhorando a produtividade e possibilitando a tomada de decisões baseada em dados.

Além disso, permite criar um ambiente de negócios mais eficiente, organizado e transparente porque não é preciso lidar com várias planilhas para realizar uma tarefa. Quando os funcioná-

rios não precisam perder tempo examinando pilhas de arquivos de colaboradores, agendando entrevistas e monitorando feedback, as empresas reduzem o custo e o tempo associado à gestão.

Ao automatizar processos como entrada de dados, correspondência por e-mail e circulação de documentos, é possível diminuir o tempo gasto em tarefas repetitivas. Processos automatizados melhoram as metas de negócios, como a escalabilidade, porque é projetada para lidar com um grande número de ações, de maneira fácil e eficaz.

Assim, cria-se uma trilha, que permite acompanhar o progresso de cada tarefa individual. Isso significa que é possível saber em tempo real quais processos estão funcionando e aplicar as mudanças necessárias, antes que tempo e dinheiro sejam desperdiçados.

Ao aproveitar o poder da automação, as empresas podem obter o melhor retorno sobre o investimento (ROI) nas operações e com isso garantir a integração adequada com os sistemas existentes, monitorar e otimizar continuamente os fluxos de trabalho.

A automação é um facilitador estratégico, através do qual as empresas podem transformar as funções de RH, desbloquear o potencial da força de trabalho e alcançar um crescimento sustentável no atual cenário empresarial competitivo.

(*) - É vice-presidente sênior da Access Latam.

Receita Federal lança nova fase do Litígio Zero

A partir desta segunda-feira (1º de abril), contribuintes que devem até R\$ 50 milhões à Receita Federal poderão participar de uma nova fase do Programa Litígio Zero. Os pedidos de parcelamento podem ser feitos até 31 de julho. A nova transação tributária abrange débitos tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas em fase de contestação administrativa. Em troca da renegociação, o contribuinte deverá abrir mão de questionar a cobrança.

Os descontos variam conforme o grau de recuperação do crédito. Para dívidas classificadas como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, haverá desconto de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais, observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida. Nesse caso, o contribuinte pagará entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, divididos em cinco parcelas, e o saldo devedor em até 115 parcelas.

Se o contribuinte usar prejuízos de anos anteriores do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para abater o pagamento da dívida, deverá dar entrada de 10% do saldo devedor em até cinco parcelas. Os créditos tributários dos prejuízos apurados até 31 de dezembro de 2023 serão usados no abatimento, até o limite de 70% do valor da dívida após a entrada. O saldo residual será dividido em até 36 parcelas.

No caso das dívidas consideradas de média ou alta chance de recuperação, o devedor deverá dar entrada de 30% do valor consolidado em até cinco parcelas e usar prejuízos de anos anteriores até 31 de dezembro de 2023 para pagar até 70% do valor da dívida depois da entrada. O saldo restante será parcelado em até 36 vezes. Outra opção será dar entrada de 30% do valor consolidado da dívida em até cinco parcelas e dividir o restante em até 115 meses (ABR).

Governo prorroga Desenrola até 20 de maio

Pela segunda vez, o governo vai prorrogar o Programa Desenrola Brasil, que renegocia dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Inicialmente, as renegociações acabariam em dezembro, mas tinham sido prorrogadas até 31 de março. O aumento da procura após a unificação do Desenrola com os aplicativos de bancos, do Serasa Limpa Nome e o Caixa Tem justificou a prorrogação.

Desde o início do mês, os débitos do Desenrola também podem ser renegociados nas agências dos Correios. A prorrogação vale apenas para a Faixa 1 do Desenrola, destinada a pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico e a dívidas de até R\$ 20 mil. As renegociações para essa categoria começaram em outubro.

Segundo os números mais recentes do Ministério da Fazenda, o Desenrola Brasil beneficiou cerca de 14 milhões de pessoas, que renegociaram R\$ 50 bilhões em dívidas, nas Faixas 1 e 2. Os descontos médios na plataforma do programa estão em 83%, alguns casos chegando a 96%, com pagamento à vista ou parcelado sem entrada, e com até 60 meses para pagar.

Em vigor entre julho e dezembro do ano passado, a Faixa 2 permitiu a renegociação de dívidas de qualquer valor com bancos e demais instituições financeiras por quem ganha até R\$ 20 mil. Diferentemente da Faixa 1, as renegociações não eram pedidas pela plataforma do Desenrola, mas pelos canais de atendimento dos bancos (ABR).



A - Financiamento Habitacional

A CAIXA iniciará em abril as contratações de financiamentos habitacionais com utilização do FGTS Futuro. A novidade estará disponível em até 15 dias aos trabalhadores com renda de até R\$ 2.640, para aquisição de imóveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida. O FGTS Futuro poderá ser utilizado pelo titular da conta vinculada do FGTS, que deverá autorizar, no ato da contratação do crédito habitacional, a realização da caução dos créditos disponíveis nas contas do FGTS, por um prazo de 120 meses. O banco informará a capacidade de pagamento para financiamento e, havendo a opção pelo uso do FGTS Futuro, os valores serão bloqueados na conta vinculada até a quitação total do saldo devedor.

B - Climatização e Refrigeração

No dia 16 de maio, acontece em São Paulo, no Teatro Santander, Roof-top 033, na Vila Olímpia, o Auvo Converge, um encontro com foco no universo da Climatização e Refrigeração, reunindo líderes, especialistas e profissionais do setor para uma imersão profunda e inspiradora. O evento destaca-se por oferecer uma abordagem ampla e diversificada, combinando temas não somente técnicos de refrigeração como também discussões sobre empreendedorismo, gestão e liderança. O intuito é promover conexões significativas entre gestores e técnicos do setor, criando oportunidades para parcerias e colaborações que impulsionam o crescimento mútuo. Saiba mais em: (https://www.auvoconverge.com/).

C - Feira de Calçados

Maior feira calçadista brasileira, a BFSHOW já tem mais de 220 marcas confirmadas, 183 delas exclusivas. As empresas apostam na mostra nacional, realizada pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) em parceria com a NürnbergMesse Brasil, para lançar suas coleções de Primavera/Verão, a estação mais importante do ano para o calçado brasileiro e que absorve mais de 70% das vendas totais da indústria. A mostra deve reunir cerca de 250 marcas de todos os portes e polos calçadistas brasileiros que respondem, juntas, por mais de 80% da produção nacional do setor. A 2ª edição da BFSHOW acontece no Transamerica Expo Center, entre os dias 21 e 23 de maio, e já está com credenciamento aberto no site: (https://bfsHOW.com.br/)

D - Doação de Livros

Nos últimos anos, a Editora da Unicamp vem promovendo campanhas de doação de livros direcionadas às instituições públicas do estado de São Paulo. A Editora dispõe de mais de 23 mil livros para serem encaminhados às instituições interessadas. As solicitações de doação devem ser feitas até domingo (31), mediante preenchimento e envio do termo de doação, apresentado no Anexo I do Edital (https://drive.google.com/file/d/1F_h_rIZTk5mSmVhL0Mwn6sUxHdH9sbJf/view), para o e-mail (doacao@editora.unicamp.br). O objetivo da campanha é compartilhar conhecimentos e incentivar a leitura.

E - Empreendedor do Ano

A EY Brasil, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo, abriu as inscrições para a 27ª edição do Programa Empreendedor do Ano Brasil. A homenagem objetiva reconhecer o legado e o esforço de líderes empresariais que vêm gerando transformações significativas no mundo dos negócios, com impactos positivos para a sociedade. As inscrições para o Empreendedor do Ano podem ser feitas pelo site: (https://eoy.ey.com/home), os que atenderem aos requisitos de participação serão submetidos a uma fase de seleção. Uma noite de gala celebra o programa e reúne homenageados, líderes da EY, jurados e convidados.

F - Gestão Educacional

A inserção da tecnologia nos ambientes universitários tem enriquecido a experiência de professores, alunos e instituições. Na edição deste ano da Bett Brasil, o maior evento dedicado à Inovação e Tecnologia para a Educação na América Latina, será apresentado um panorama global sobre o tema. O evento, que acontece no Expo Center Norte, entre os dias 23 e 26 de abril, terá como foco o debate sobre "Inovação com Propósito: Educação em Diálogo com as Transformações Sociais". A proposta é discutir as principais questões que permeiam as áreas social, econômica, emocional e educacional, permeadas pela tecnologia. O evento vai reunir mais de 270 empresas líderes, 26 startups de EdTech e mais de 29.000 mil participantes da comunidade educacional. Outras informações: (https://www.bettbrasil.com.br).

G - Chardonnay du Monde

Novidade no portfólio da Cooperativa Vinícola Garibaldi, o espumante Garibaldi VG Nature Blanc de Blanc vem se posicionando como mais um grande medalhista da marca. Desta vez, o rótulo conquistou a condecoração de ouro no Concurso Chardonnay du Monde, realizado na França, referência mundial na elaboração da bebida borbulhante. O certame ocorreu de 13 a 15 de março em Saint Lager. Lançado no segundo semestre de 2023, o espumante é elaborado 100% com uvas Chardonnay, colhidas de vinhedos em espaldeira. Esse sistema ajuda a proporcionar uma maturação melhor e mais lenta, preservando qualidades como acidez e frescor da uva. Saiba mais em: (https://www.vinicolagaribaldi.com.br/).

H - Jornalismo Ambiental

Um programa da Earth Journalism Network (EJN) está oferecendo a organizações de mídia de qualquer tamanho, ONGs e instituições acadêmicas subsídios entre € 10 mil (R\$ 63 mil) e € 12 mil (R\$ 76 mil) euros para o desenvolvimento de atividades destinadas a fortalecer a cobertura sobre biodiversidade. A EJN é uma rede global de apoio ao jornalismo ambiental, criada em 2004 pela ONG Internews. O programa de subsídios faz parte da Iniciativa de Mídia sobre Biodiversidade da EJN. As candidaturas devem ser apresentadas em inglês. Mais informações e acesso ao formulário estão no site: (https://earthjournalism.net/opportunities/biodiversity-media-grants-2024).

I - Capitais no Exterior

O prazo final de entrega da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior, referente à data-base de 31 de dezembro de 2023, se encerra no dia 5 de abril. A declaração é obrigatória a todas as pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou sediadas no Brasil, que detinham, em 31 de dezembro de 2023, ativos no exterior (incluindo imóveis, depósitos, disponibilidades em moedas estrangeiras, entre outros) em montante igual ou superior a US\$ 1 milhão ou o equivalente em outras moedas. Esses capitais devem ser declarados ao Banco Central, anualmente ou trimestralmente, conforme o enquadramento. Saiba mais em: (https://www.mazars.com).

J - Plásticos Reciclados

A indústria automotiva está em constante evolução, e neste processo é importante destacar a atribuição do plástico no projeto e fabricação de automóveis, principalmente quando falamos de plásticos reciclados. De acordo com o estudo "Monitoramento dos índices de reciclagem mecânica de plásticos pós-consumo no Brasil", encomendado pelo PIC-Plast e realizado pela consultoria MaxiQuim, a indústria automobilística consumiu, em 2022 (dados mais recentes), cerca de 65 mil toneladas de resinas plásticas pós-consumo recicladas, um aumento de cerca de 40% em comparação ao ano anterior, que atingiu 47 mil toneladas de plásticos reciclados. Saiba mais em: (https://www.picplast.com.br).



Carol Olival (*)

Economia da Criatividade

#FullSailBrazilCommunity

Desafios e Oportunidades: O Uso da Tecnologia na Sala de Aula

A tecnologia desempenha um papel fundamental na sala de aula, pois pode transformar a experiência de aprendizado dos alunos e aproximá-los dos conteúdos de forma mais engajadora. O uso de recursos tecnológicos, como computadores, tablets, softwares educacionais e internet, permite criar ambientes de aprendizagem interativos e dinâmicos. Essas ferramentas oferecem oportunidades para explorar conceitos de maneira visual, acessar informações em tempo real e colaborar de forma mais eficiente, tornando o processo de aprendizagem mais envolvente e significativo para os alunos.

Apesar dos benefícios evidentes, os professores enfrentam diversas dificuldades ao incorporar a tecnologia na sala de aula. Questões como falta de infraestrutura adequada, limitações orçamentárias, resistência à mudança e falta de capacitação são desafios comuns. Além disso, a necessidade de adaptar conteúdos para

diferentes dispositivos e garantir a segurança digital dos alunos são aspectos que exigem atenção e planejamento por parte dos educadores.

Ensinar cidadania digital é outro desafio relevante, pois envolve não apenas o uso ético e responsável da tecnologia, mas também a compreensão dos impactos sociais, políticos e econômicos da era digital. Conciliar esse tema com os temas tradicionais do currículo obrigatório pode ser complexo, mas é fundamental para preparar os alunos para os desafios e oportunidades do mundo digital em que vivemos.

Para acompanhar as tecnologias emergentes e transformar a forma como os alunos percebem a escola, os professores precisam se manter atualizados e buscar capacitação constante. Participar de cursos, workshops e utilizar plataformas online de aprendizagem são maneiras eficazes de adquirir conhecimentos sobre novas tecnologias e explorar novas abordagens pedagógicas. Ao fazer isso, os professores

podem criar ambientes de aprendizagem inovadores e estimulantes, que promovam a usabilidade dos temas abordados na escola e preparem os alunos para o mundo digital em constante evolução.

Para ajudar no desenvolvimento e manter professores do mundo todo conectados e atualizados, a Full Sail University oferece o Teacher Professional Development, um treinamento em inglês, gratuito, com foco no uso das tecnologias emergentes na sala de aula. Você pode encontrar mais informações aqui: <https://fs-courses.com/tpd/2024>

(*) - Com graduação em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduação em Administração, MBA em Empreendedorismo e Inovação e Mestrado em Marketing Digital, Carol Olival conta com mais de 20 anos de atuação no mercado de educação. Tem foco nas áreas de vendas e marketing e experiência como empreendedora e gestora de escolas próprias. Autora de três livros sobre educação e treinamento corporativo e TEDx speaker, hoje Carol atua como Community Outreach Director da Full Sail University, provendo constantes debates sobre como o binômio criatividade e tecnologia são necessários a todos profissionais do cenário atual, e o papel da educação dentro desse contexto

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL Distrito de Jardim São Luís

Dr^a. Evanice Callado Rodrigues dos Santos - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **DANIEL HIAGO SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 20/05/2000, banhista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luciano Francisco Silva e de Maria Elizandra da Silva; A pretendente: **VITÓRIA COSTA DE JESUS**, brasileira, solteira, nascida aos 27/10/2001, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Osmar Trindade de Jesus e de Eliete Nunes Costa.

O pretendente: **MARLON BRENO FERNANDES ALVES MOTA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 20/04/1994, vendedor, natural de Itapemirim - ES, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Rôgerio Mota e de Raquel Fernandes Alves; A pretendente: **KETYNE DA SILVA ARAUJO**, brasileira, solteira, nascida aos 26/03/2000, vendedora, natural de Timbaúba - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Adelson Barbosa de Araujo e de Josineide Horacio da Silva.

O pretendente: **ROMÁRIO DOUGLAS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 07/04/1996, atendente, natural de Natal - RN, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Silvano Douglas da Silva e de Francisca da Conceição Silva; A pretendente: **VIVIANE FERREIRA TRAJANO**, brasileira, solteira, nascida aos 13/12/1997, auxiliar fiscal, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Adelson de Jesus Trajano e de Vera Lucia Ferreira Trajano.

O pretendente: **THIAGO FURTADO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 27/04/1999, montador de móveis, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jose Roberto da Silva e de Andreia Furtado da Silva; A pretendente: **HELOISA FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, nascida aos 21/02/2003, operadora de caixa, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Carlos Roberto Aparecido Pereira da Silva e de Valdeci Ferreira Pereira da Silva.

O pretendente: **LUCAS JOAQUIM ROSA DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, nascido aos 26/10/1989, empresário, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Raimundo Joaquim de Souza e de Floresdite Rosa de Souza; A pretendente: **GABRIELLE CLAVICO DA SILVA**, brasileira, solteira, nascida aos 27/12/1996, empresária, natural de Osasco - SP, residente e domiciliada em Embu das Artes - SP, filha de Custódio da Silva e de Lidia Gentil Carvalho da Silva.

O pretendente: **BRUNO OLIVEIRA GOMES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 27/02/1997, barbeiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jose Messias Gomes da Silva e de Viviane Oliveira Gomes da Silva; A pretendente: **JANAYRA NEVES CARVALHO**, brasileira, solteira, nascida aos 30/11/1999, auxiliar de produção, natural de Paranaíba - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Agnaldo Alves Carvalho e de Simone Araujo Neves.

O pretendente: **JOSÉ ANSELMO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 15/01/1991, ajudante de cozinha, natural de Itapeuru Mirim - MA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Mariano da Silva e de Raimunda Pereira da Silva; A pretendente: **SANDRA APARECIDA PEREIRA VELOSO DA COSTA**, brasileira, solteira, nascida aos 26/05/1975, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Manoel Delfino da Costa e de Vera Lucia Pereira Veloso da Costa.

O pretendente: **JOSÉ ANTONIO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/03/1976, controlador de acesso, natural de Altinho - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Cicero Antonio da Silva e de Maria Sebastiana da Silva; A pretendente: **ELENICE DE SOUZA SANTOS**, brasileira, solteira, nascida aos 06/02/1987, contadora, natural de Botuporã - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Olegário Pereira dos Santos e de Laurentina Maria de Souza dos Santos.

O pretendente: **JOSIMAR MODESTO DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 16/09/1989, auxiliar de logística, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Irismá de Almeida e de Clarinda Maria de Jesus; A pretendente: **STEFANI DAIANA CEZARIO**, brasileira, solteira, nascida aos 06/02/1985, do lar, natural de Sumaré - SP, residente e domiciliada em Sumaré - SP, filha de Elisabeth Cezario.

O pretendente: **ALBERTH SCHWEITZER**, brasileiro, divorciado, nascido aos 22/09/1986, gerente de obra, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Elias Garcia da Siveira e de Doris Sonia Schweitzer; A pretendente: **MARINÉDA COSTA DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, nascida aos 15/05/1963, professora, natural de Itabuna - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Milton Costa dos Santos e de Josefina Maria da Silva.

O pretendente: **OSÉIAS NEVES SANTANA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 21/12/1971, ajudante de pizzaiolo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Irene Neves Santana; A pretendente: **MARILENE FREITAS DA COSTA**, brasileira, solteira, nascida aos 10/06/1981, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco da Costa e de Luiza Freitas da Costa.

O pretendente: **MÁRIO ANDRADE DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, nascido aos 08/07/1991, mecânico automotivo, natural de Ipiatã - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jonas José dos Santos e de Marlene Andrade dos Santos; A pretendente: **MARIA JENNIFER ALVES SOARES**, brasileira, solteira, nascida aos 16/05/2002, reposteira, natural de Piracuruca - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Manoel do Nascimento de Carvalho Soares e de Rosimar Maria da Conceição Alves.

O pretendente: **ARTUR DOS SANTOS FRANCO FILHO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 09/02/1981, professor, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Artur dos Santos Franco e de Josefa Maria Franco; A pretendente: **DALILA DE LIMA BECA**, brasileira, solteira, nascida aos 08/11/1991, agente de organização escolar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Dalvino Sebastião Beca e de Irene Geralda de Lima Beca.

O pretendente: **DAMIÃO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/03/1990, auxiliar de limpeza, natural de Buriú Bravo - MA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Juclene Ferreira da Silva; A pretendente: **FERNANDA BEATRIZ SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, nascida aos 20/08/2003, do lar, natural de Natal - RN, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maria Adriana Silva do Nascimento.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 3º Subdistrito - Penha de França Dr. Mario Luiz Migotto - Oficial Interino

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **JOLENS METTELUS**, profissão: pedreiro, estado civil: solteiro, naturalidade: na República do Haiti, data-nascimento: 06/06/1981, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Solange Mettelus e de Rosanna Cadet. A pretendente: **MALYNE AXAMOUR**, profissão: auxiliar de limpeza, estado civil: solteira, naturalidade: no Haiti, data-nascimento: 27/08/1988, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Pierre Rene Axamour e de Gislene Joseph.

O pretendente: **DURENEL JN PIERRE**, profissão: pedreiro, estado civil: solteiro, naturalidade: na República do Haiti, data-nascimento: 12/06/1982, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Onel Jn Pierre e de Chobotte Jn Pierre. A pretendente: **ELZIANE SAJOURS**, profissão: ajudante geral, estado civil: solteira, naturalidade: no Haiti, data-nascimento: 20/06/1986, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Astrel Sajous e de Clairmezine Philistin.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS 15º Subdistrito - Bom Retiro Amanda de Rezende Campos Marinho Couto - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **ALEX SOUZA LOPES**, nascido nesta Capital, Vila Mariana, SP, no dia (03/12/1993), profissão empresário, estado civil divorciado, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo, SP, filho de Cesar Souza Lopes e de Rosana de Oliveira Souza Lopes. A pretendente: **PRISCILA EUN JIN PARK**, nascida nesta Capital, Cerqueira César, SP, no dia (13/06/1994), profissão gerente, estado civil solteira, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo, SP, filha de Soo Nam Park e de Seon Ju Baek.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

Empresas devem se adaptar para um melhor posicionamento no ambiente digital

Com as constantes transformações tecnológicas e mudanças nos hábitos de consumo, a presença digital tornou-se indispensável para empresas de todos os setores. Desde as pequenas companhias locais até as grandes corporações multinacionais, ter um canal online efetivo é crucial para alcançar e engajar o público-alvo.

Por que as empresas devem se adaptar?

De acordo com Rica Mello, gestor de pessoas, palestrante e empreendedor em diversas áreas de atuação, as empresas que negligenciam a presença digital correm o risco de ficar para trás. "Os consumidores estão cada vez mais conectados, e esperam encontrar informações sobre produtos e serviços online antes de fazer uma compra.

Além disso, a pandemia acelerou ainda mais essa tendência, levando muitas empresas a adotarem estratégias digitais para sobreviver e prosperar", revela.

Para o especialista, adotar o conceito de omnichannel é mais do que apenas estar presente em múltiplos canais digitais. "Trata-se de proporcionar uma experiência consistente e integrada aos clientes, independentemente do ponto de contato escolhido. Seja por meio do site, redes sociais, aplicativos móveis ou lojas físicas, o cliente espera uma jornada fluida e personalizada", pontua.

Mello acredita que antes de iniciar qualquer estratégia digital, é essencial entender quem são seus clientes e como eles se comportam no universo online. "Os gestores devem realizar pesquisas de mercado, análises de dados demográficos e observar o que seus concorrentes estão fazendo de atrativo", declara.

O site é o cartão de visita digital de uma empresa e deve ser responsivo, compatível com dispositivos móveis e ter um design intuitivo. Além disso, é preciso escolher as redes sociais que são mais populares entre o público-alvo e manter uma presença ativa nesses ambientes, compartilhando conteúdo relevante, respondendo às perguntas dos seguidores e promovendo os produtos ou serviços de forma criativa.

Outros pontos apontados pelo especialista são:

- **Utilize o marketing de conteúdo** - Produza conteúdo de qualidade que agregue valor aos clientes, como blogs, vídeos e infográficos. Isso não apenas atrai tráfego para o site, mas também ajuda a construir autoridade e confiança para a marca;

- **Explore o potencial do e-mail marketing** - Essa é uma ferramenta poderosa para alcançar e engajar clientes por meio de campanhas personalizadas com ofertas exclusivas, novidades e conteúdo relevante;

- **Proporcione uma experiência de compra conveniente** - É preciso facilitar o processo de compra online, oferecendo opções de pagamento seguras, uma navegação intuitiva e um serviço de atendimento ao cliente eficiente.

Posicionar uma empresa no ambiente digital é essencial para garantir sua relevância e competitividade no mercado. "De qualquer maneira, é fundamental acompanhar as tendências do mercado e ajustar as estratégias conforme seja relevante, maximizando a possibilidade de atender todas as necessidades dos clientes", finaliza. - Fonte e mais informações: (<https://ricamello.com.br>).

(Continuação)

a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultrapar mantidas em tesouraria. **c. Reservas de lucros - c. 1 Reserva legal** - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. **c. 2 Reserva de retenção de lucros** - É constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **d. Ajustes de avaliação patrimonial** - Os ganhos e perdas atuárias referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial, líquidos do imposto de renda e da contribuição social. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação

financeira. **e. Destinação do resultado do exercício** - Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. As ações preferenciais são asseguradas dividendos não cumulativos de 6% ao ano sobre o seu valor unitário, bem como a distribuição de um novo dividendo adicional se as ações ordinárias forem distribuídos dividendos de percentual superior ao da distribuição já feita. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2023, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 249.173 (R\$ 0,7733 por ação ordinária e R\$ 0,6975 por ação preferencial), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2024, e serão pagos sem atualização ou correção monetária, a partir desta data até 31 de dezembro de 2024. A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

Ultracargo Logística S.A.

Destinação do lucro líquido

Dividendos propostos do exercício das ações ordinárias	51.604
Dividendos propostos do exercício das ações preferenciais	10.690
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	186.879
Total da distribuição	249.173
Saldo de dividendos propostos (R\$ 0,7733 por ação ordinária e R\$ 0,6975 por ação preferencial)	249.173
A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.196
Provisões	70.072
Dividendos prescritos	35
Pagamentos	(60.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.247
Provisões	285.869
Dividendos prescritos	(23)
Pagamentos	(269.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.350

31/12/2023

5 EVENTOS SUBSEQUENTES - a. Captação de financiamentos externos - Em 05 de março de 2024, a Sociedade realizou a captação de financiamento externo (sem *covenants* financeiros) no montante de JPY 3.760.000 (equivalente a R\$ 123.741 no momento da transação), com encargos financeiros de 1,32125% a.a. e vencimento em 30 de agosto de 2024. A controladora contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em iene japonês e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 108,90% do DI. Em 08 de março de 2024, a Sociedade realizou a captação de financiamento externo (sem *covenants* financeiros) no montante de EUR 45.977 (equivalente a R\$ 246.896 no momento da transação), com encargos financeiros de 4,3775% a.a. e vencimento em 10 de março de 2025. A controladora contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em dólar e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 108,50% do DI.

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de parecer sem ressalvas, encontram-se à disposição na sede da sociedade. **A DIRETORIA**

Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira
Contador - CRC SP-267322/O-7

SIFRA S/A

CNPJ: 03.729.970/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.023 e de 2.022 - (Em milhares de reais)		Balancos Patrimoniais	
	2.023	2.022	
Ativo	2.023	2.022	Passivo
Circulante	177.850	113.896	Circulante
Disponibilidades	21.961	42.114	Emprestimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	151.465	67.162	Fornecedores
Impostos a compensar e outros créditos	4.424	4.620	Contas a pagar
Não Circulante	4.959	3.752	Obrigações tributárias
Ativos e valores a receber	4.959	3.752	Obrigações trabalhistas
Bens em Consignação	2.410	1.707	Dividendos a pagar
Bloqueio Judicial	2.340	2.045	Não Circulante
Mútuo	209	-	Provisões para contingências
Permanente	10.399	10.034	Patrimônio Líquido
Imobilizado de uso	8.595	5.746	Capital social
Outras Imobilizações de uso	14.388	12.300	Capital a Integralizar
Depreciação Acumulada	(8.493)	(6.554)	Reserva de capital
Intangível	4.504	4.288	Prejuízos acumulados
Ativos Intangíveis	16.420	17.109	
Amortização Acumulada	(13.916)	(12.821)	
Total do Ativo	193.207	127.681	Total do Passivo
			193.207

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Adiantamento para aumento de capital		Reserva de Ágio na Emissão de Ações	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	(-) Capital a integralizar			
Saldos em 31/12/21	175.000	(9.526)	(1)	(169.290)	7.179
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.827)	(13.827)
Aumento de capital	20.000	-	1	-	20.002
Venda de ações	-	4.045	-	(3.722)	320
Amortização da reserva de capital	-	-	-	(5.146)	(5.146)
Saldos em 31/12/22	195.000	(5.481)	16.012	(13.885)	183.117
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.088)	(7.088)
Aumento de capital	5.481	-	-	-	5.482
Venda de ações	-	-	4.088	-	4.088
Amortização da reserva de capital	-	-	-	(5.914)	(5.914)
Saldos em 31/12/23	195.000	-	20.100	(19.799)	190.205

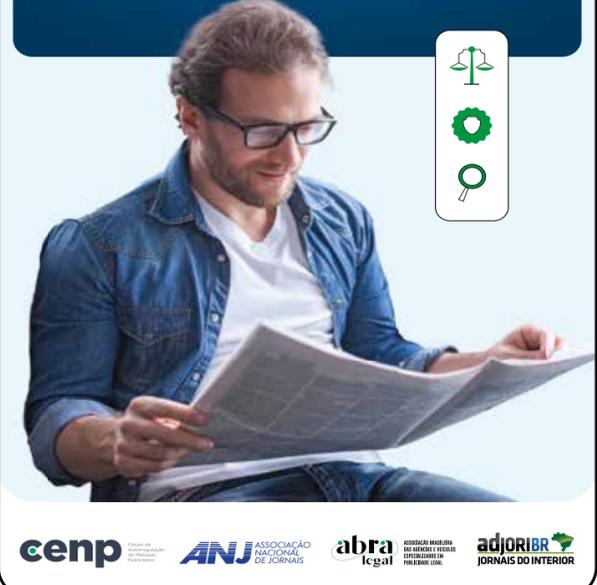
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional e Principais Práticas Contábeis: A empresa tem como atividade o desenvolvimento de negócios de fomento mercantil. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e fiscal. O resultado é apurado pelo regime de competência e os ativos circulantes são demonstrados aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis. O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A vida útil é de 5 a 10 anos. **2. Capital Social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 195.000.000 e é representado por 134.000.000 (Cento e Trinta e Quatro Milhões) de ações ordinárias nominativas inconversíveis em outras formas, sem valor nominal e 61.000 (Sessenta e Um Mil) ações preferenciais nominativas, inconversíveis em outras formas, com valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e com direito ao recebimento mensal de dividendos fixos equivalentes a 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Sociedade, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros.

Luis Geraldo Schonenberg - Diretor • **Renata Maximino de Lima** - Contadora - CRC/SP 1SP 201.407/O-7

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.








Publicidade Legal




Dez Asas Participações S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 17.456.871/0001-17 - NIRE 35.3.0044785-9

Aviso aos acionistas

Dez Asas Participações S.A. comunica aos seus acionistas que os documentos elencados no Art. 133, da Lei nº 6404/76, encontram-se à sua disposição na sede da companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092, 15º andar, conj. 153, nesta Capital. São Paulo, 25 de março de 2024. A Administração. (26, 27 e 28)



BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF 61.186.680/0001-74 - NIRE 3530046248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco BMG S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia; (iii) definir o número de membros que compoem o Conselho de Administração da Companhia e elegê-los para um mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025; e (v) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais: 1. O Manual para Participação na Assembleia ("Manual"), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). 2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia: **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem (i) a titularidade das ações pelo Acionista, e (ii) no caso de (a) pessoa física, a sua identidade e (b) no caso de pessoa jurídica e/ou fundado, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual. **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade. 3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 19 de abril de 2024 (inclusive), nos termos descritos no Manual. 4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri); (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) devidamente preenchido, diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. O prazo para envio das instruções de voto ao custodiante ou escriturador, ou do envio do boletim de voto preenchido diretamente à Companhia é de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 19 de abril de 2024 (inclusive).

São Paulo, 27 de março de 2024.

RICARDO ANNES GUIMARÃES - Presidente do Conselho de Administração da Companhia



FBXG SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 39.828.180/0001-30
NIRE 35.300.565.061

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 9 horas do dia 23 de novembro de 2022, na sede social da FBXG Seguros S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 62, sl. 02, Pinheiros, CEP 05429-000. 2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionistas"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença da Companhia. 3. MESA: Presidente: Sr. Luis Felipe Barranco; Secretário: Sr. Marcos Prata Carneiro. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aumento de capital da Companhia em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais); (ii) aprovação da alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o aumento de capital social; (iii) aprovação da alteração da redação do Artigo 21, parágrafo único, do Estatuto Social, para fixar o dividendo obrigatório no patamar de 1% do lucro líquido da Companhia; (iv) autorização aos diretores da Companhia com relação à prática dos atos necessários a fim de efetuar e cumprir todos os procedimentos necessários para a realização da presente assembleia geral; e (v) aprovação da alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Discutidas as matérias da ordem do dia, os Acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovar um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, passando o capital social de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), dividido em 630.000 ações, sendo 505.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 125.000 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. 5.2. Número de ações emitidas é sua classe: 5.000 (cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), dividido em 630.000 ações, sendo 505.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 125.000 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. 5.3. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas anteriormente, o direito de subscrição dessas ações. 5.4. A subscrição de ações de capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. 5.5. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.6. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.7. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.8. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.9. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.10. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.11. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.12. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.13. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.14. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.15. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.16. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.17. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.18. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.19. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.20. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.21. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.22. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aumentos de capital decorrentes da capitalização de quaisquer reservas ou lucros. 5.23. Em razão do disposto nos itens acima, aprovar a alteração do Artigo 21, o lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendos mensais de 120% (cento e vinte por cento) da taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil, para cada mês calendário correspondente, como prática pelo mercado interbancário para os Certificados de Depósito Interbancário - CDI, calculados com base no valor nominal unitário de cada ação preferencial que esteja totalmente integralizada e devidos até o último dia do mês subsequente ao de competência, pagos à conta de reservas de capital e/ou de lucros acumulados, sem direitos a voto, de participação de quaisquer lucros remanescentes da Companhia, de participação de juros de capital próprio e de participação de aument

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

CNPJ 34.731.244/0001-66

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)											
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	240	1.821	8.820	21.531	Fornecedores	-	-	109	2.896	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	6.350	3.305	Empréstimos e financiamentos	15	173.521	18.438	173.521	18.438
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	143	-	Obrigações fiscais	-	-	1	270	333
Impostos a recuperar	1.369	1.341	1.431	1.404	1.404	Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.508	1.336	1.336
Outras contas a receber	-	-	-	77	66	Partes relacionadas	11	9.808	8.000	5.590	10.759
						Outras contas a pagar	14	32	31	113	38
						Passivo de arrendamento	-	-	728	402	402
Total do ativo circulante		1.609	3.162	16.821	26.306	Total do passivo circulante		183.361	26.470	181.839	34.202
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Investimentos	12	191.685	193.273	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	149.185	-	149.185
Imobilizado	13	641	641	179.790	181.322	Passivo de arrendamento	14	-	-	13.100	9.272
Ativo de direito de uso	14	-	-	13.250	9.494	Provisão para desmobilização	16	-	-	4.348	3.042
Ativo intangível	26	26	26	26	26	Total do passivo não circulante		-	149.185	17.448	161.499
						Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		192.352	193.940	193.066	190.842	Capital social	17	26.655	26.655	26.655	26.655
Total do ativo		193.961	197.102	209.887	217.148	Reserva legal	-	19	19	19	19
						Reserva de retenção de lucros	-	288	288	288	288
						Prejuízos acumulados	-	(16.362)	(5.515)	(16.362)	(5.515)
						Total do patrimônio líquido		10.600	21.447	10.600	21.447
						Total do passivo e patrimônio líquido		193.961	197.102	209.887	217.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2022	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
		56.795	19	288	-	57.102
Aumento de capital		7.749	-	-	-	7.749
Redução de capital		(37.889)	-	-	-	(37.889)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.515)	(5.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.655	19	288	(5.515)	21.447
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.847)	(10.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.655	19	288	(16.362)	10.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional: A GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. ("GDPAR SR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica. Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origina Energia e Claro S.A.. Os projetos da Companhia, em estágio inicial de desenvolvimento, foram adquiridos de desenvolvedores do mercado de geração distribuída de energia solar. Logo após a aquisição foram contratados Epistas para construção das Usinas Fotovoltaicas (UVFs), as quais estão alocadas nas Sociedades de propósitos específicos (SPEs) listadas na Nota Explicativa nº 1.1. Todas as SPEs (sociedade de propósito específico) encontram-se em fase operacional. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

1.1 Relação das entidades controladas:

Controladas diretas:	% de Participação	
	2023	2022
UVFs Orig Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UVF MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
Controladas Indiretas:		
% de Participação	2023	2022
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	100	100
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	100	100
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	100
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	100

1.2 Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 181.751 (R\$23.308 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 165.017 (R\$7.896 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado, em função da reclassificação do endividamento bancário que estava classificado no longo prazo em 2022 para o curto prazo em 2023. A Companhia espera liquidar o atual endividamento no primeiro semestre de 2024 e, pretende contratar uma nova dívida de longo prazo na modalidade Debêntures Simples com prazo de 15 anos. Desta forma, o endividamento de curto prazo será reduzido de forma representativa. Os planos da Administração para manutenção das atividades do Grupo consistem no suporte financeiro da controladora e de investidores na eventualidade da falta de caixa até a concretização da emissão de longo prazo citada acima. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto

de continuidade normal dos negócios da Companhia. **2 Base de preparação:** a. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 22 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a. Nota explicativa 14 - Arrendamentos-prazo de arrendamento:** se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: **a. Nota explicativa 14 - Arrendamentos-Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.** **c. Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização - Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados.** **Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23-Instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. **6 Retificação de erros materiais:** **a. Demonstração de fluxo de Caixa:** Durante o exercício de 2023, o Grupo identificou que os pagamentos a partes relacionadas foram indevidamente classificados no fluxo de caixa operacional nas suas demonstrações dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 143.122 foi reclassificado para o fluxo de caixa de financiamento. A retificação de erro em 2023 foi somente a citada acima, e não houve nenhum impacto material sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Demonstrações do fluxo de caixa-Método indireto	Originalmente apresentado em 31/12/2022		Controladora Reclaficada em 31/12/2022		Originalmente apresentado em 31/12/2022		Consolidado Reclaficado em 31/12/2022	
		Ajustes		Ajustes		Ajustes		Ajustes
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Prejuízo do exercício		(5.515)		(5.515)		(5.515)		(5.515)
Ajustes ao resultado do exercício		9.219		9.219		37.237		37.237
Total após ajustes ao resultado do exercício		3.704		3.704		31.722		31.722
Decréscimo/(acréscimo) em variações nos ativos e passivos								
Partes Relacionadas	(143.139)	143.139	-	-	(140.652)	140.652	-	-
Outros decréscimos/(acréscimo) em variações nos ativos e passivos	(1.345)	-	(1.345)	-	2.741	-	2.741	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(140.780)		143.139		(106.189)		34.463
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(140.780)		143.139		(110.991)		140.652
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		3.932		3.932		(12.793)		(12,793)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento								
Pagamentos a partes relacionadas	-	(143.139)	(143.139)	-	(140.652)	(140,652)	-	(140,652)
Demais (pagamentos)	35.826	-	(17.692)	-	(17.845)	-	(17,692)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(107.313)		(160.831)		(158,497)		(158,497)
		(154.540)		(154.540)		(141,629)		(141,629)
Redução de caixa e equivalentes de caixa								
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		156.360		156.360		163.160		163.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.821		1.821		21.531		21.531
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(154.540)		(154,540)		(141,629)		(141,629)

b) Provisão para desmobilização: Durante o exercício de 2023, o Grupo identificou um erro na forma do cálculo da provisão de desmobilização, onde a projeção anterior atualizava um fluxo anual linear, que totalizava o orçamento de desmontagem durante o prazo de operação das usinas, e descontava este valor a taxa de juro futuro. No novo cálculo, o total de orçamento de desmobilização foi atualizado pelo IPCA e este valor foi integralmente considerado no período final de término da operação comercial das usinas, e descontado a taxa de juro futuro. Essa nova metodologia resultou numa reversão de R\$ 9.851. A nova metodologia está em linha com a interpretação ICPD 12-Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 9.851 foi revertido da conta de provisão de desmobilização do ativo e do passivo.

31 de dezembro de 2022

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Imobilizado	191.173	(9.851)	181.322
Demais ativos	35.826	-	35.826
Total do ativo	226.999	(9.851)	217.148
Provisão para desmobilização	12.893	(9.851)	3.042
Demais passivos	192.659	-	192.659
Patrimônio líquido	21.447	-	21.447
Total do passivo e patrimônio líquido	226.999	(9.851)	217.148

7 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: (i) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(iii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas Fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **d. Imposto de renda e contribuição social: Controladora - corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **Controladas:** O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18	-	-	39.774	34.347
Custo das vendas	19	-	-	(16.477)	(14.171)
Lucro bruto				23.297	20.176
Despesas gerais e administrativas	20	(228)	(392)	(2.829)	(1.391)
Outras despesas		(45)	-	(78)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		(273)	(392)	20.363	18.785
Receitas financeiras	21	127	4.096	1.501	6.344
Despesas financeiras	21	(26.329)	(24.423)	(28.289)	(25.623)
Resultado financeiro líquido		(26.202)	(20.327)	(6.788)	(20,279)
Equivalência patrimonial		15.628	15.628	-	-
Resultado antes dos impostos		(10.847)	(5.515)	(6.425)	(1,494)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social-corrente	22	-	-	(4.422)	(4,021)
Prejuízo do exercício		(10.847)	(5.515)	(10,847)	(5,515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício		(1			



... continuação

1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**: As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 15 o Grupo tem empréstimos bancários com garantia de alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora, não havendo operações sujeitas a covenants e classificados integralmente como passivo circulante. O Grupo não identificou nenhum possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. (ii) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**: As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não praticou operações de risco sacado não havendo necessidade de novas divulgações a serem aplicadas. O Grupo não identificou nenhum possível impacto das alterações e nas respectivas divulgações. (iii) **Outras normas**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • **Passivo de arrendamento em uma venda e lease-back (alterações ao CPC 06/IFRS 16)**; • **Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)**.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	137	1	3.003	194
Aplicações financeiras	103	1.820	5.817	21.337
	240	1.821	8.820	21.531

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2023 e 2022, sendo prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber clientes (a)	-	-	764	347
Receitas a faturar (b)	-	-	5.586	2.958
	-	-	6.350	3.305

a) **Contas a receber de clientes Claro e Órgo Energia**: b) **Receitas a faturar decorrente da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar e as compensações aferidas pelas faturas emitidas contra o cliente Claro S.A., saldo de R\$ 3.078 (R\$ 2.958 em 2022)**, e **receita reconhecida em dezembro de 2023 do cliente Órgo Energia e não faturada dentro do exercício, saldo de R\$ 2.508**. As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações de máquinas e equipamentos (Usinas), sublocações de terras e manutenções. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após 31 de dezembro de 2023, bem como a diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das usinas vinculadas ao cliente Claro e as respectivas compensações nas unidades consumidoras dos clientes. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto não registrou nenhuma provisão de créditos de liquidação duvidosa. **11 Partes relacionadas**: As operações de recursos com partes relacionadas são referentes a mútuos e não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(I) Saldos passivos				

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo Circulante				
GD Geração Distrib. Part. S.A.(a)	4.950	8.000	5.590	10.759
UFV MG XXIII Equip. Fotovoltaicos Ltda.	700	-	-	-
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	1.600	-	-	-
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	1.500	-	-	-
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	800	-	-	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	258	-	-	-
Total Circulante	9.808	8.000	5.590	10.759
Partes Relacionadas - Passivo	9.808	8.000	5.590	10.759

(ii) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**: A Administração da Companhia não é remunerada por esta Companhia, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A.

	% Participação			
	2023	2022	2023	2022
Investidas				
UFVs Órgo Energia	100	100	111.733	111.867
UFVs Autogeração Solar	100	100	79.952	81.406
Saldo de investimentos			191.685	193.273

	Equivalência Patrimonial			
	2022	Dividendos	2023	2022
Movimentação de 2023 Investidas				
Autogeração Solar				
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.778	(3.373)	3.100	30.505
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.868	(2.301)	2.048	27.615
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.616	(967)	862	11.511
Autogeração Solar Alegrete Ltda	11.144	(1.370)	547	10.321
Total Autogeração Solar	81.406	(8.011)	6.557	79.952

	Equivalência Patrimonial			
	2022	Dividendos	2023	2022
UFVs Órgo Energia				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	13.035	(1.344)	1.181	12.872
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.780	(800)	679	12.659
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.652	(846)	961	11.767
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.106	(951)	975	12.132
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.561	(579)	1.181	12.968
UFVMSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.799	(1.034)	1.181	12.946
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.149	(1.353)	1.204	12.000
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.694	(1.159)	974	12.409
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.189	(1.140)	1.030	12.079
Total UFVs Órgo Energia	111.867	(9.206)	9.072	111.733
Total em Investidas	193.273	(17.217)	15.628	191.685

b. **Movimentação de 2022**: **Autogeração Solar**

	Aumento de capital / AFAC		Dividendos		Equivalência Patrimonial	
	2021	Cisão	2022	2021	2022	2022
Autogeração Solar						
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.360	-	-	(2.678)	3.096	30.778
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.762	-	-	(2.023)	2.129	27.868
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.382	-	-	(395)	629	11.616
Autogeração Solar Alegrete Ltda	9.963	52	-	-	1.129	11.144
Total Autogeração Solar	79.467	52	-	(5.096)	6.983	81.406

	Equivalência Patrimonial			
	2022	Dividendos	2023	2022
UFVs Órgo Energia				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.472	-	(207)	770
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.328	-	(477)	929
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.338	-	(85)	399
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.631	50	(115)	542
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.515	20	(105)	131
UFVMSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.509	10	(273)	553
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.445	-	(851)	1.555
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.918	-	(930)	1.606
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.484	-	(1.102)	1.807
Total UFVs Órgo Energia	107.640	80	-	(4.145)

	Equivalência Patrimonial			
	2022	Dividendos	2023	2022
UFVs Magazine Luiza				
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.901	616	(4.497)	(20)
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.347	607	(5.924)	(30)
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.489	314	(3.790)	(13)
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.492	418	(3.896)	(14)
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.413	150	(4.630)	67
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.122	842	(5.937)	(27)
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.455	535	(5.970)	(20)
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	2.203	1.054	(3.243)	(14)
Total UFVs Magazine Luiza	33.422	4.536	-	(7.1)
Total em Investidas	220.529	4.666	-	(9.241)

(a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021 por conferência ao capital social da Companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) nas referidas SPEs. **Informações sobre as controladas:**

	Participação		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	2023%	Ativo	Passivo	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Controladas Autogeração Solar										
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	100%	32.568	29.467	30.505	3.101	30.505	3.101			
Autogeração Solar São Paulo Ltda	100%	29.951	27.904	27.615	2.047	27.615	2.047			
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	100%	12.529	11.667	11.511	862	11.511	862			
Autogeração Solar Alegrete Ltda	100%	11.356	10.809	10.321	547	10.321	547			
UFVs Órgo Energia										
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.209	13.029	12.872	1.181	12.872	1.181			
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.631	13.951	12.659	680	12.659	680			
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	12.894	11.932	11.767	961	11.767	961			
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.820	13.933	12.869	887	12.869	887			
UFVMSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.310	13.129	12.946	1.181	12.946	1.181			
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.615	12.410	12.000	1.204	12.000	1.204			
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.514	13.540	12.409	974	12.409	974			
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.679	12.650	12.079	1.029	12.079	1.029			
Total		212.470	196.840	191.685	15.629	191.685	15.629			

13 Imobilizado: i) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a		Vida útil em anos		Custos		Depreciação Acumulada		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedor	-	-	4	25	69.780	(8.412)	61.368			
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(2)	121.285	(11.817)	109.468			
Montagem e instalações	-	-	641	(2)	5.017	(2)	5.015			
Total do imobilizado e imobilizado em andamento										
Ativos objetos de arrendamentos:										
Usinas Fotovoltaicas - Órgo	4	25	68.293	(4.046)	64.247					
Usinas Fotovoltaicas - Autogeração Solar	4	25	117.201	(8.630)	108.571					
Total de ativos para arrendamento operacional			185.494	(12.676)	172.818					
Ativo de desmobilização	3,33	30	3.042	(12,676)	181.322					
Total			200.141	(20.351)	179.790					

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.

GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

ii) **Conciliação do valor contábil**

	Taxa média de depreciação % a.a		Vida útil em anos		Custos		Depreciação Acumulada		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedor (a)	-	-	4	25	68.293	(4.046)	64.247			
Imobilizado em andamento	-	-	641	(2)	5.017	(2)	5.015			
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(2)	121.285	(11.817)	109.468			
Outros custos de implantação	-	-	641	(2)	5.017	(2)	5.015			
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			5.462	(12,676)	181.322					
Ativos objetos de arrendamentos:										
Usinas Fotovoltaicas - Órgo	4	25	68.293	(4.046)	64.247					
Usinas Fotovoltaicas - Autogeração Solar	4	25	117.201	(8.630)	108.571					
Total de ativos para arrendamento operacional			185.494	(12,676)	172.818					
Ativo de desmobilização	3,33	30	3.042	(12,676)	181.322					
Total			200.141	(20,351)	179.790					

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica; iii) **Movimentação de 2023:**

	Taxa de depreciação % aa		Saldo Inicial		Adições		Baixas(a)		Saldo Final	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Custo										
Adiantamento a fornecedor	-	-	4.821	659	(1.129)	4.351				
Imobilizado em andamento	-	-	641	-	-	641				
Computadores e equipamentos de informática	10									

... continuação

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recruta	
Veja as Notas 7.b e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto:
A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração. Parte das receitas de vendas de energia tomam por base estimativas dos valores de energia fornecida aos clientes, conquanto ainda não faturadas na data do balanço, em virtude do intervalo de tempo entre a data da última leitura para medição e a data do encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado de venda de energia já fornecida a clientes e ainda não faturada, reconhecido contabilmente é de R\$ 1.665 mil (R\$ 2.958 em 31 de dezembro de 2022). Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: Estimar os volumes de energia consumida pelos clientes.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; - Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; - Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária e análise dos comprovantes de aceitação do cliente. Todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC CE-003141/F-5
Diego Feliciano Irineu - CRC 1SP223212/O-2

Uma perspectiva alternativa sobre os benefícios da arrecadação tributária

Ao analisar os números divulgados recentemente pela imprensa, é evidente que a arrecadação de impostos federais está em ascensão, seguindo uma tendência robusta iniciada já em janeiro e mantida em fevereiro

Sérgio Goldman (*)

Essa dinâmica não passa despercebida pelos agentes de mercado, que veem nesses dados um sinal de estabilidade fiscal. No entanto, seria essa uma interpretação completa da situação?

A estratégia atual do governo, centrada no aumento da arrecadação para buscar um equilíbrio fiscal, parece negligenciar a tão necessária redução de despesas. A visão predominante é de que um maior volume de receitas tributárias resultará em um déficit fiscal menor, o que é traduzido como positivo para o mercado. No entanto, é importante questionar essa premissa.

Um olhar comparativo para além das fronteiras revela uma realidade peculiar: a carga tributária brasileira, que atingiu 33,5% em 2023, está próxima da média dos países da OCDE, que foi de 34,0% no mesmo ano. No entanto, quando observamos a América Latina e o Caribe, a disparidade é gritante, com uma carga média de apenas 21,7%. Países como México, Chile e Colômbia apresen-



tam números ainda mais baixos, evidenciando uma lacuna de aproximadamente 12 pontos percentuais em relação ao Brasil, que persiste desde 2000.

Esse excesso de carga tributária, equivalente a cerca de R\$1,4 trilhão transferidos para o setor público anualmente, levanta questões cruciais sobre o impacto desse peso sobre o crescimento econômico. Desde a implementação do Plano Real em 1994, a carga tributária tem crescido gradualmente, enquanto o crescimento econômico médio tem se mantido em modestos 2,4% ao ano, insuficiente para atender

às demandas sociais da população.

A recente aprovação da reforma tributária, embora seja um marco importante, ainda deixa incertezas sobre a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Apesar das promessas do governo de que não haverá aumento na carga tributária, a falta de definição sobre essa alíquota levanta preocupações legítimas sobre a possibilidade de um aumento indesejado.

Diante desse cenário, é crucial considerar duas reflexões fundamentais. Primeiramente, é imperativo questionar se a elevada

carga tributária não é um dos principais obstáculos ao crescimento econômico no Brasil. Se essa hipótese for confirmada, seria sensato buscar uma estratégia gradual para aproximar a carga tributária brasileira daquela observada em países da região. Em segundo lugar, é essencial repensar como os resultados positivos da arrecadação de impostos são interpretados pelos agentes de mercado.

Enquanto muitos veem essa arrecadação como um indicador de estabilidade fiscal, é preciso considerá-la como um mal necessário, acompanhada de uma estratégia clara para reduzir gradualmente a carga tributária ao longo do tempo. Por que essa abordagem não foi contemplada na recente reforma tributária?

É fundamental promover um debate aberto e amplo sobre essas questões, incentivando a diversidade de pensamento e buscando soluções que equilibrem as necessidades do Estado com o estímulo ao crescimento econômico sustentável.

(*) - É consultor em finanças estratégicas.

Rumo a um futuro moldado pela IA generativa

Victoria Martínez (*)

Não é novidade ler que o mundo avança a passos largos e que a tecnologia é pioneira na aceleração dessas mudanças

Também não é estranho perceber que a tecnologia está presente em quase todos os setores e atividades atualmente. Nos últimos 29 anos, desde a primeira conexão comercial brasileira à internet, nenhuma tecnologia evoluiu tão constantemente como a Inteligência Artificial (IA).

Esta inovação, com as suas subespecialidades como sistemas especialistas, redes neurais artificiais, robótica, agentes inteligentes, Deep Learning e IA generativa emergiu como uma força motriz na execução de tarefas específicas no contexto corporativo. Mas vamos começar pelo princípio: o que é inteligência artificial?

A IA é definida como um conjunto de algoritmos e tecnologias projetadas para criar máquinas capazes de imitar funções cognitivas como: ver, compreender, analisar, criar, traduzir, todas com capacidade de processar grandes quantidades de dados a uma velocidade surpreendente. O seu poder reside em automatizar tarefas que antes eram realizadas manualmente, gerando valor tanto para os indivíduos como para as empresas envolvidas nesse processo.

Em tempo, antes de selecionar uma IA, é fundamental compreender o que se pretende automatizar, a potência computacional necessária e a resolução desejada do projeto, considerando as diversas subespecialidades disponíveis para se adaptar às necessidades empresais.

De acordo com uma pesquisa da Harvard Business Review, empresas em todo o mundo usam IA principalmente para atividades relacionadas à tecnologia da informação, como detecção de problemas de segurança cibernética, resolução de problemas tecnológicos com usuários e redução de cargas de trabalho e gerenciamento de produção, além de medir a conformidade no uso de fornecedores.

Ainda que, nesse momento, estejamos apenas vendo os primeiros sinais do potencial da inteligência artificial, já foram observados avanços em aplicações práticas em diversos setores, como agricultura, finanças, educação, logística, saúde e transporte. Segundo um levantamento da consultoria Gartner, espera-se que, até 2025, o mercado de IA atinja US\$ 127 bilhões. Tendo em conta este número, não é surpreendente que esta tecnologia esteja cada vez mais personalizada.

Atualmente, uma das IAs que está dando muito o que falar é a Generativa (IAG) que se destaca por gerar novos dados em forma de textos, imagens, músicas, vídeos, áudios e códigos. Graças aos modelos de Deep Learning, a IAG coleta dados criados por pessoas com características semelhantes, permitindo a automatização de tarefas tediosas, aprimorando processos e dando maior eficiência e adaptação de modelos tecnológicos fundamentais, customizando-os às necessidades específicas dos projetos ou clientes.

A IA open source é um dos principais desenvolvimentos na indústria de tecnologia atualmente, possibilitando que as empresas coinventem software e o adaptem às suas necessidades. Desenvolver um novo modelo fundamental costuma ser um projeto grande que envolve muito tempo, esforços e dinheiro, por isso a recomendação que fazemos é aproveitar modelos já treinados e customizá-los por meio do refino, ajustes de indicações ou a incorporação de dados específicos, economizando tempo e recursos.

Sem dúvida, a IA generativa está inaugurando uma nova onda de experiências que irão transformar a maneira como interagimos com informações e marcas. Esta tecnologia permitirá a execução de ações e projetos que antes eram considerados inimagináveis devido à sua complexidade, marcando assim o início de uma era onde a inteligência artificial impulsiona a inovação e redefine os limites do que é possível no mundo dos negócios.

(*) - É gerente de negócios e data science da Red Hat para a América Latina (https://www.redhat.com).

Desafios e oportunidades na gestão de equipes de atendimento

Mariana Vieira (*)

O desempenho das equipes que atendem os consumidores possui relação direta com o comportamento de compra e deve ser visto como um pilar importante em qualquer contexto.

Nun cenário, cuja maior parte dos produtos e serviços possui alta concorrência e baixa variação de preços, os profissionais que, seja de forma presencial ou online, recebem, tiram dúvidas e conduzem a decisão de compra ou a retenção dos clientes, precisam ter clareza e estar cientes da importância de seus papéis nesse fluxo na totalidade.

Ou seja, a necessidade do olhar e das ações dos gestores nos cargos de liderança. Dados organizados pela LCA Consultores com base no Ministério do Trabalho, divulgados recentemente, comprovam que esse pilar pode estar sendo negligenciado. Isso porque, as demissões voluntárias em 2023 bateram recorde, com mais de 7 milhões de

pedidos, o que equivale a mais de 30% dos desligamentos que opções no ano passado.

Além de um mercado de trabalho mais aquecido, outro ponto de destaque para esses pedidos de demissões, segundo ainda a pesquisa, é a falta de perspectiva de crescimento no emprego, fato esse, que pode ser revertido com uma gestão e comunicação mais assertivas, transparentes, que ofereçam um passo a passo a ser percorrido por esse colaborador.

Existe uma frase que deve sempre ser lembrada pelos líderes: "O óbvio precisa ser dito". Pois, muitas vezes a liderança entende que os processos estão alinhados e imagina que o funcionário tenha clara sua trilha dentro da empresa, mas o que recorrentemente percebemos é o contrário.

E para isso, basta detalhar os resultados dos colaboradores, eles são mais tangíveis (metas e índices) e os mais intangíveis, como o clima organizacional

e o nível de segurança psicológica das equipes. Por isso, seguem três dicas que podem iniciar esse processo de melhoria. Confira:

- 1) Combinar e realizar encontros (presenciais ou online) para alinhamento e revisão dos processos, aceitando sugestões e perspectivas por parte dos colaboradores;
- 2) Realizar feedbacks com frequência pré-determinada e não oferecer feedbacks apenas quando se observar questões a serem aperfeiçoadas, dar retornos positivos também são fundamentais para bons resultados;
- 3) Manter atenção ao clima da empresa e tratar pontualmente os desafios de problemas de comunicação e comportamento entre os colaboradores.

(*) - É Psicóloga e Hipnoterapeuta, Mentora de Líderes e Especialista em Saúde Mental e Segurança Psicológica de Equipes e Gerenciamento do Estresse. LinkedIn: (marianavieirasaudamental).



Estratégias não Omnichannel ameaçam crescimento de negócios

Richard Kenj (*)

No atual cenário de comércio global, os consumidores desempenham o papel central na elaboração de estratégias de vendas das empresas

Estas buscam, constantemente, maneiras de aprimorar a experiência do cliente, garantindo conveniência, singularidade e eficiência em todos os pontos de contato.

Pensando no conceito de levar a cada interessado na marca uma abordagem mais personalizada, é fundamental optar por uma estratégia Omnichannel. Mas, afinal, o que é essa técnica? O Omnichannel é uma abordagem estratégica que integra todos os canais de comunicação e vendas de uma empresa, proporcionando uma experiência unificada e consistente ao cliente, independentemente do canal utilizado.

Isso significa que, seja por meio de uma loja física, site, aplicativo móvel, redes sociais, MKT Place ou qualquer outro canal, o consumidor terá uma experiência coerente e contínua. Mais que apenas uma tendência passageira, esse plano representa uma abordagem essencial para atender às expectativas em constante evolução do mundo digitalizado.

Essa estratégia ultrapassa as barreiras tradicionais entre os canais de vendas, oferecendo uma experiência integrada e fluida em todos os pontos de contato com o cliente, visando não encarar os canais de vendas como entidades separadas, mas sim como partes integrantes de um único processo de compra.

Para as empresas, a adoção desse plano pode resultar em uma série de benefícios tangíveis, incluindo o aumento das vendas, maior fidelidade do cliente, redução de custos operacionais, otimização do inventário e melhoria da eficiência dos processos de atendimento ao consumidor.

Permite que as organizações coletem dados valiosos sobre o comportamento do cliente em diferentes canais, possibilitando uma compreensão mais profunda de suas preferências e necessidades. Além disso, podem se destacar da concorrência ao oferecer uma experiência superior e mais coesa em todos os pontos de contato.

Ao mesmo tempo, para usufruir destes benefícios, as empresas necessitam estar estruturadas para atender a integração que uma operação Omnichannel necessita. Inteligência de dados ou BI – Business Intelligence, bem como canais de venda interconectados, comunicação interna e externa, portfólio e percepção de valor, entre outros processos, devem estar 100% integrados para ter uma estratégia Omnichannel devidamente implementada.

Do ponto de vista dos consumidores, é possível pesquisar por produtos online, experimentá-los em uma loja física e fazer a compra final em um aplicativo móvel, tudo isso sem desencontros. O plano permite o acesso a informações detalhadas sobre produtos, comparação de preços e avaliações de outros clientes antes de tomar uma decisão de compra.

À medida que a tecnologia continua a evoluir e as expectativas dos consumidores continuam a crescer, podemos esperar ver uma maior integração de canais, personalização em tempo real e interações mais imersivas e envolventes entre as empresas e seus clientes.

As instituições que adotam uma abordagem Omnichannel estão posicionadas para prosperar em um mercado cada vez mais competitivo e orientado pelo consumidor.

Portanto, investir nessa estratégia não é apenas uma opção, mas sim uma necessidade para os negócios que desejam permanecer relevantes e bem-sucedidos no mundo digital no qual nos encontramos.

(*) - É diretor comercial da Lity (<https://www.loja.litybrasil.com.br/>)

Cinco motivos para transformar a administradora em uma fintech

Toda empresa busca ser sempre mais eficiente e existem diversas maneiras para isso. Muitas delas envolvem mais trabalho

Mas e se existisse uma forma de uma administradora, se tornar mais eficiente, mais lucrativa e reduzir o trabalho? A parceria se inicia com um compromisso mútuo: ela fornece seus produtos e serviços, mas também assume a responsabilidade de treinar o departamento de RH da administradora.

Essa iniciativa visa capacitar a equipe interna com o conhecimento necessário para operar de forma eficiente dentro do novo contexto monetário e prover soluções mais ágeis, para um departamento que já é tão sobrecarregado. Com o tempo, a administradora experimenta benefícios tangíveis das soluções, mas também se posiciona de forma mais competitiva no mercado.

O aumento da eficiência, a melhoria da saúde financeira e a satisfação dos clientes fortalecem sua reputação e credibilidade. “Com orientação e suporte, a administradora implementa inovação, mas também se torna uma financeira em seu próprio direito, capacitada



para oferecer serviços de alta qualidade e impulsionar o sucesso de seus clientes e parceiros”, afirma Henrique Rusca, CEO da Condolivre.

Pensando nisso, Henrique menciona cinco motivos para transformar uma administradora em uma fintech:

1) Diversificação de receita - Ao expandir para serviços financeiros, a administradora pode diversificar suas fontes de receita. Além da tradicional de taxas de administração de condomínios ou imóveis, ela poderá gerar receita adicional por meio de juros, tarifas e comissões associadas a empréstimos, investimentos e seguros.

2) Agregar valor aos clientes - Além de serviços de gestão de propriedades, a administradora poderá fornecer soluções financeiras integradas, como financiamento imobiliário, investimentos personalizados e consultoria financeira, tornando-se um parceiro ainda mais essencial para os clientes e fidelizando seus funcionários.

3) Fortalecer a competitividade - A administradora pode fortalecer sua posição competitiva no mercado. Ela poderá oferecer uma gama mais ampla de serviços, competindo diretamente com outras administradoras que não

oferecem serviços desse nicho, diferenciando-se e atraindo um segmento mais amplo.

4) Maior controle dos serviços oferecidos - A empresa ganha maior controle sobre os serviços oferecidos. Ela poderá personalizar seus produtos financeiros para atender às necessidades específicas dos condomínios, proprietários e outros clientes, adaptando-se melhor às demandas do mercado e aumentando a satisfação do cliente.

5) Crescimento e expansão do negócio - A entrada no setor financeiro pode abrir novas oportunidades de crescimento e expansão. Ela poderá explorar novos mercados, ampliar a base de clientes e diversificar as operações, criando uma base sólida para o crescimento sustentável a longo prazo e aumentando o valor do negócio como um todo. - Fonte e outras informações: (<https://www.condolivre.com.br>).

Elas estão com tudo: mais crédito e menos dívida

Apesar de ainda enfrentarem inúmeros desafios para conseguir empreender no Brasil, a proporção de mulheres com dívidas e/ou empréstimos registrou queda no país. É o que sinaliza a mais recente Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, do Sebrae. Segundo a quinta edição do estudo, ainda que menos empreendedoras tenham buscado empréstimos, houve uma alta no índice de aprovação de financiamentos para esse grupo.

Em julho de 2023, indica a Pulso, 31% das mulheres buscaram empréstimos e 33% desse total tiveram o pedido aprovado. Já em novembro do mesmo ano, apenas 25% delas procuraram financiamento para os negócios, sendo que 45% desse montante tiveram sucesso. O levantamento destaca ainda que a inadimplência em ambos os sexos recuou e homens e mulheres melhoraram seu perfil de dívidas.

No entanto, elas tiveram um desempenho ainda melhor. Entre os homens, a proporção dos que não têm dívidas subiu de 40% para 41%; do outro lado, a variação registrada entre as empresárias passou de 40% a 44%. A mudança para melhor no empreendedorismo feminino é resultado de inúmeros fatores, e o Sebrae tem atuado para impulsionar a presença da mulher em todos os segmentos, desde o agronegócio até o universo das startups.

São iniciativas como o Programa Sebrae Delas que – somente nos últimos cinco anos – já atendeu mais de 14 milhões de mulheres e deu orientações e consultorias para quase 4 milhões de empresas que contam com mulheres como sócias ou proprietárias.

“Uma das formas das mulheres conseguirem sua autonomia financeira é por meio do empreendedorismo. Temos muito trabalho pela frente. O empreendedorismo feminino no Brasil é uma força imparável, que tem transformado as realidades de mulheres, além de suas famílias



e comunidades em todo o país.

Apesar de enfrentarem preconceitos históricos e ainda profundamente arraigados na sociedade, as mulheres donas de negócio estão ocupando cada vez mais espaço em todos os segmentos de atividade, inclusive naqueles tradicionalmente dominados por homens”, afirma a diretora de Administração e Finanças do Sebrae, Margarete Coelho.

“Mas ainda é necessário avanços. É nesse cenário que o Sebrae entra, oferecendo orientação técnica e, mais do que isso, oportunidades para que a empreendedora adquira mais autoconfiança e acredite no seu potencial empreendedor”, completa.

A fala da diretora do Sebrae tem como pano de fundo um levantamento feito pela instituição que revela que apenas 6% das empreendedoras contam com auxílio de instituições financeiras para abrir seus negócios, enquanto a grande maioria (78%) iniciou a atividade como empreendedora com recursos próprios. - Fonte: (<https://www.sebrae-sc.com.br>).

19 mil empresas já decidiram mudar para o mercado livre de energia

Quantidade de consumidores que já decidiram migrar para o mercado livre de energia elétrica cresceu para 19.046, 3.167 a mais em um mês, em comparação a janeiro

Do total, 95% são empresas de menor porte, com contas de luz acima de R\$ 10 mil. A Aneel atualizou os dados referentes ao ritmo de migração de consumidores para o mercado livre de energia.



Até 29 de fevereiro, 19.046 empresas já informaram às distribuidoras que vão migrar para o ambiente competitivo, em busca de preços mais baixos e melhores serviços, o que ocorrerá ao longo de 2024 e 2025. Desse total, 18.027 unidades consumidoras (95%) são empresas de menor porte, com demanda menor de 500 kW, beneficiadas pela Portaria 50/2022.

A Portaria 50/2022, do Ministério de Minas e Energia, concedeu o direito de escolher o fornecedor de energia elétrica a todos os consumidores do Grupo A a partir de janeiro de 2024. Esse grupo é composto por consumidores de energia em média e alta tensão, que podem migrar para o ambiente competitivo,

desde que apoiados por um comercializador varejista.

Antes da Portaria, apenas consumidores com demanda maior do que 500 kW (o equivalente a uma conta de luz de R\$ 140 mil, em média) estavam autorizados a migrar ao mercado livre de energia, onde fornecedores e consumidores negociam bilateralmente as condições do fornecimento, como prazo, fonte da energia, preços, flexibilidades e outras facilidades. Agora, os de menor porte, com contas de luz acima de R\$ 10 mil, passam

a poder participar também do mercado livre de energia.

O Grupo A tem cerca de 202 mil unidades consumidoras, principalmente empresas, que recebem energia em média e alta tensão. Dessas, mais de 40 mil já estão no mercado livre de energia, de forma que o potencial de migração é de aproximadamente 162 mil unidades consumidoras.

Se todos os consumidores de energia em média e alta tensão podem migrar para o mercado livre de energia,

os que recebem energia em baixa tensão, que somam mais de 89 milhões e estão inseridos no Grupo B, como residências e micro e pequenas empresas, seguem sem autorização para escolher o fornecedor de energia elétrica. No mundo, 35 países têm mercado livre de energia acessível a todos os consumidores.

A Abraceel considera que o ritmo de migração de consumidores do ambiente regulado para o mercado livre de energia está acelerado e que esse movimento deve se intensificar conforme os demais consumidores recebem informação sobre funcionamento e benefícios de poder escolher o fornecedor de energia.

“Mercado livre é sinônimo de preços mais baixos, mas também de melhores serviços, inovação, eficiência e sustentabilidade, o que atende anseios dos consumidores de energia”, disse Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Abraceel. - Fonte e mais informações: (https://abraceel.com.br).



Livros em Revista

Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)



Ninguém Diz Nada, Eu Vou Gritar

Osnir G. Santos - Artêra - Autor, administrador de empresas, arquiteto, colocou nas páginas desta obra, toda sua capacidade de observação. Suas crônicas, de fino trato, dão conta de um cotidiano que nos cerca. Nada lhe escapa. Há contos para todos os gostos. Destaco, sem demérito dos demais: “Formação ou profissão. Eis a questão”. Um bom e saudável entretenimento.



Gabriela, Semeadora de Encantos Poéticos

Thais Matarazzo - Camila Giudice (Ilustr) - Matarazzo - Autora editora, relata a influência recebida pela renomada poetisa Gabriela Mistral. Menciona algumas de suas poesias enquanto relata sua mini biografia, que é realmente muito interessante. Uma belíssima e oportuna homenagem!

www.bcctelevisão.com.br

Assista ao programa Livros em Revista. Um canal repleto de novidades do universo literário. Entretenimento garantido!



Com apresentação de Ralph Peter.



Esclarecendo dúvidas para declaração do plano de saúde no IR

As despesas médicas e hospitalares podem ser deduzidas na declaração do Imposto de Renda. Mas muitos contribuintes têm dúvidas na hora de saber quais são aceitas pela Receita Federal. Os gastos com saúde estão entre os principais itens que podem contribuir para uma restituição maior, já que não há limite de dedução.

Para comprovar as despesas, o contribuinte deve ter os recibos e as notas fiscais, além dos dados dos profissionais ou hospitais, como CPF ou CNPJ, e identificação de quem foi o beneficiário, seja o declarante, o dependente ou o alimentando. Ainda assim, alguns cuidados e dicas são necessários para garantir que as despesas de saúde sejam declaradas corretamente. Alessandro Acayaba de Toledo, presidente da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios (ANAB) e especialista em Direito e Saúde, elenca alguns pontos de atenção.

“O principal ponto de dúvida recai sobre quais são os itens que podem ser deduzidos. Esclareço: planos de saúde e odontológicos, consultas, exames e tratamentos em geral com médicos e outros profissionais de saúde, cirurgias e internações, desde que pagos de forma particular, testes de covid realizados em estabelecimentos de saúde, aparelhos e próteses ortopédicas, desde que os mesmos sejam comprovados com receita médica, ou façam da conta dos estabelecimentos de saúde, além de aparelhos dentários ou próteses nos mesmos termos”, reitera.

Também vale esclarecer o que não pode ser declarado.

Não entram no documento itens como remédios e vacinas, os reembolsos pagos pelos planos de saúde, óculos e lentes de contato, despesas extras com acompanhantes ou passagens e hospedagens para tratamento em hospital, auto-teste para a detecção de Covid e os diagnósticos realizados em farmácias.

“Alguns itens têm regras específicas e por isso demandam mais atenção. A prótese de silicone, por exemplo, só é dedutível se estiver incluída na conta do hospital. Outros itens não são dedutíveis de forma alguma: exames de DNA para comprovação de paternidade e procedimentos para coleta de células tronco”, detalha Alessandro.

Além das escolhas do que declarar, também cabe entender quais são as regras na hora de anexar documentos que comprovem os gastos. É importante constar os laudos médicos, no caso de exames e diagnósticos específicos, além do CPF do profissional ou CNPJ do estabelecimento de saúde que recebeu o pagamento. Também é preciso constar os dados básicos do beneficiário e as datas de emissão e de adesão.

“Se o beneficiário não tiver a nota fiscal, vai precisar obter um laudo com assinatura do prestador de serviço. Lembro também aos beneficiários que as despesas precisam ser inseridas no campo “Pagamentos Efetuados”. Esse é um ponto importante para evitar erros na declaração”, finaliza o especialista. - Fonte e mais informações: (https://anab.com.br).

Um em cada quatro celulares vendidos no país é irregular

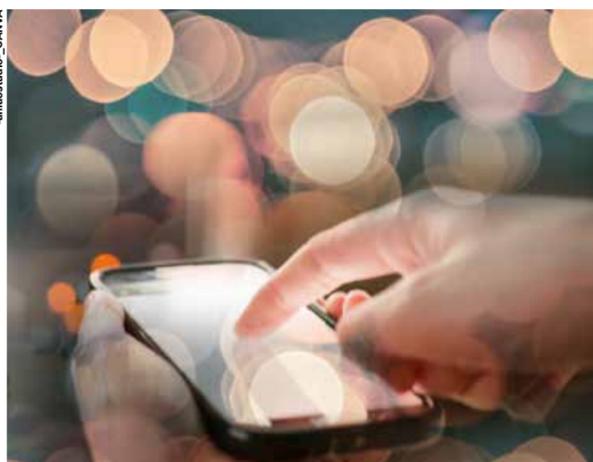
O volume de celulares vendidos ilegalmente no Brasil dobrou em apenas um ano. De acordo a IDC, empresa líder global em inteligência de mercado, consultoria e eventos para a indústria de TIC, a quantidade de aparelhos ilegais passou de 10% do mercado total de telefones celulares no Brasil em 2022 para 25% no último trimestre de 2023, fechando o ano com um total de 6,2 milhões de unidades vendidas no país, de forma ilegal.

A Abinee estima que 90% do total de smartphones contrabandeados hoje no Brasil sejam vendidos via marketplaces, com valor 38% abaixo do vendido no mercado oficial. “Trata-se de uma prática que está se generalizando e tomando proporções inaceitáveis”, afirma o presidente da Abinee, Humberto Barbato. “Precisamos de ações mais enérgicas por parte do governo para coibir esta prática”.

São produtos importados majoritariamente via Paraguai, que não possuem certificação da Anatel, não têm garantia dos fabricantes nem assistência técnica, e não passam em testes de segurança nem de funcionamento, o que, além de irregular, prejudica os consumidores, muitas vezes levados a comprar os produtos com base em informações enganosas divulgadas pelos marketplaces.

Enquanto isso, os fabricantes instalados no Brasil oferecem garantia de 12 meses do produto, cumprem as regras de certificação, investem em Pesquisa e Desenvolvimento e empregam milhares de trabalhadores. Em 2024, a Abinee estima que o governo federal deixará de arrecadar R\$ 4 bilhões, em função da evasão fiscal.

O impacto nos empregos pode atingir 10 mil postos de trabalho diretos e indiretos. E devem deixar de ser feitos cerca de R\$ 400 milhões de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. “O ingresso de mercadorias no país, sem pagamento de impostos, é uma prática



ilícita, que fomenta o crime organizado, a corrupção e a violência não apenas em nossas fronteiras, como no país inteiro”, avalia Barbato.

Além disso, o contrabando afeta a cadeia produtiva como um todo. “Trata-se de um efeito cascata que compromete diretamente a indústria de componentes, de memória, carregadores e placas, além dos institutos de pesquisa, que perdem importantes recursos em suas atividades”, ressalta.

A Abinee já acionou o governo federal, por meio de Ministérios (Fazenda, MCTI, Justiça, MDIC e MCom) e da Anatel, com quem mantém diálogo semanal, além da Receita Federal, demonstrando sua preocupação com o tema, e da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

Apesar de ações de fiscalização e de apreensões na fronteira entre Brasil e Paraguai, a Associação avalia que somente uma fiscalização efetiva dos marketplaces será capaz de coibir a prática irregular. Fonte: (http://www.abinee.org.br).





mmbb_CANVA

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

TENDÊNCIAS PROMISSORAS PARA O FUTURO DO SETOR LOGÍSTICO

Segundo dados da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), 124 bilhões de reais é a projeção de investimentos que o setor privado deve realizar em transporte e logística entre 2022 e 2026. Muito além dos aportes para desenvolver ferrovias, rodovias e portos, uma grande tendência é a principal aposta para 2024: a inovação.

Marcus Voloch (*)

Nesse cenário, a democratização do acesso ao transporte por cabotagem é uma das inovações que o setor logístico poderá perceber em breve. Isso porque, atualmente, aqueles que utilizam o transporte por cabotagem são, principalmente, grandes empresas. Mas imagine ter o serviço na palma da mão, seja para cargas cheias ou fracionadas, de uma forma tão simples como comprar uma passagem aérea.

Esse será um dos focos do setor de agora em diante: levar o transporte por cabotagem também para pequenas e médias indústrias, empresas e comerciantes, ampliando a competitividade e alcance de mercado para esses clientes. Simplicidade, segurança, economia e sustentabilidade são os pilares da iniciativa. Há outros campos para inovar dentro do setor, como a digitalização de documentos, uso de Machine Learning para precificação, automatização para aplicações em tempo real e uso da Inteligência Artificial para substituir tarefas operacionais.

Com isso, além de maior competitividade, o setor também ganha maior produtividade e multiplica exponencialmente sua capacidade de operação. Ainda em meio às iniciativas de inovação, visibilidade em tempo real é assunto obrigatório. Dentre as possibilidades em desenvolvimento, uma das tecnologias utilizada é o uso de sensores nos contêineres, que além de indicarem a posição em tempo real, emitem alertas em caso de violação do contêiner.

Já a rastreabilidade em tempo real permite indicar se as cargas chegarão dentro do horário previsto ou se estão atrasadas e qual a nova agenda de entrega. Outro projeto, já implantado no setor, é um sistema baseado em Machine Learning, para previsibilidade da queda de carga, como foco em minimizar a ocorrência de “no-show” no transporte. Com base em diversas análises, o sistema prevê, com alguns dias de antecedência, qual a probabilidade de cargas não chegarem aos portos, proporcionando tempo para que o time comercial possa conseguir outras cargas, maximizando a ocupação dos navios.



Futurp_CANVA

Também baseado em Machine Learning e já em operação, a startup I4Sea desenvolveu uma plataforma de “inteligência climática”, com foco na tomada de decisão quanto às condições climáticas, que podem impactar condições operacionais de terminais portuários e trajetos navegáveis. A plataforma produz insights para prever com antecedência se, por exemplo, um navio deve ou não acelerar sua viagem a fim de evitar problemas nos portos e garantir mais eficiência com relação à queima de combustível, diminuindo as emissões e gerando um impacto econômico significativo.

Além dos investimentos em inovação, 2024 ainda trará o fomento à agenda ESG, com as empresas cada vez mais comprometidas com a questão ambiental. Nesse cenário, a cabotagem ganha força, já que o transporte multimodal por cabotagem contribui para a redução das emissões de carbono. Para se ter uma ideia, o modal pode reduzir as emissões de CO2 em até 80% a depender do trecho, de acordo com dados do Relatório de Sustentabilidade da Log-In.

Com o mesmo objetivo, os combustíveis renováveis também são uma aposta. O Brasil, por exemplo, já começou a trabalhar com um combustível pioneiro que usa 24% de óleo reciclado, uma alternativa de curto prazo enquanto não há uma migração para combustíveis 100% verdes, como o metanol verde ou amônia – essa última, ainda a alguns anos de distância. Em se tratando da agenda ESG, a diversidade e a inclusão também seguem com destaque nas empresas do setor logístico. Antes um mercado predominantemente masculino, agora há cada vez mais mulheres, tanto a bordo, quanto nos cargos de gestão.

Embora os investimentos em inovação e a expansão da agenda ESG sejam a principal aposta para o crescimento neste ano, o setor ainda esbarra em alguns desafios, principalmente do ponto de vista de infraestrutura. Com a BR do Mar, programa de estímulo ao transporte por cabotagem sancionado pelo Governo Federal, estima-se que haverá um importante aumento na frota empregada na cabotagem, assim como novos players e consequente aumento na demanda pelo serviço.

Com isso, é fundamental que haja uma melhora na infraestrutura portuária, com melhoria dos acessos, maior produtividade e profundidade dos portos, de forma a suportar esse aumento da demanda e o crescente tamanho dos navios. Um ponto extremamente importante na agenda para 2024 é a formação de marítimos brasileiros. Com o crescente número de empregados na cabotagem, associado ao aumento sensível do mercado de óleo e gás e das embarcações de offshore, já é sentida a falta de mão de obra especializada, demandando maior capacidade de formação e especialização de tripulantes pela Marinha.

Do contrário, haverá um forte impeditivo para o crescimento no número de embarcações de bandeira brasileira, com o estrangulamento do setor nos próximos anos.

Finalmente, as mudanças climáticas trouxeram impactos importantes ao setor, com o agravamento da seca dos rios da região Norte do Brasil: o Amazonas e seus afluentes. Embora sejam sazonais, essas variações dos níveis dos rios vêm se agravando ao longo dos anos.

Em 2023, entre setembro e novembro, os níveis do Amazonas e seus afluentes ficaram tão baixos que obrigaram a suspensão do tráfego de navios na região, prejudicando diretamente a chegada de produtos de primeira necessidade às populações de Manaus e adjacências, assim como impediram o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus. Essa é uma questão grave que demanda atenção imediata, tanto em relação a buscar alternativas para que o transporte não seja suspenso, como executar iniciativas de dragagem, de sinalização e de segurança na navegação, a fim de melhorar a navegabilidade fluvial.

Diante desse panorama, a logística nacional enfrenta uma encruzilhada que exige abordagens inovadoras e estratégias resilientes. Se, por um lado, a inovação e a agenda ESG apontam para um futuro promissor, por outro, as adversidades climáticas e as demandas de infraestrutura destacam a necessidade urgente de investimentos em soluções. Superando esses obstáculos com novas tecnologias e maior eficiência operacional, o setor de transporte e logística seguirá próspero em um cenário cada vez mais dinâmico.

(*) - É Vice-Presidente de Navegação da Log-In Logística Intermodal, empresa de soluções logísticas, movimentação portuária e navegação de Cabotagem e Mercosul.



piquin-photo_CANVA